

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	8
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	9
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	10
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	11
3.7 - Nível de Endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras Informações Relevantes	14

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	15
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	18
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	19
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	20
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	21
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	22
4.7 - Outras Contingências Relevantes	23
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	24

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	25
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	31
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	35
5.4 - Programa de Integridade	37
5.5 - Alterações significativas	40
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	41

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	42
6.3 - Breve Histórico	43
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	44
6.6 - Outras Informações Relevantes	45

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	46
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	47
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	48
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	49
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	50
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	51
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	52
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	53
7.8 - Políticas Socioambientais	54
7.9 - Outras Informações Relevantes	55

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	56
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	57
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	58

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	59
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	60
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	61
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	62
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	63
9.2 - Outras Informações Relevantes	64
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	65
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	78
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	82
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	83
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	84
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	86
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	87
10.8 - Plano de Negócios	88
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	89
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	90
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	91
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	92
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	95
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	98
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	99
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	100
12.7/8 - Composição Dos Comitês	110

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	116
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	117
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	137
12.12 - Outras informações relevantes	138

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	139
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	143
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	147
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	148
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	149
13.6 - Opções em Aberto	150
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	151
13.8 - Precificação Das Ações/opções	152
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	153
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	154
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	155
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	156
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	157
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	158
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	159
13.16 - Outras Informações Relevantes	160

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	161
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	163
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	164

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	165
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	166
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	167
15.3 - Distribuição de Capital	181
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	182
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	183
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	184
15.7 - Principais Operações Societárias	185
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	186
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	187
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	188
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	193
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	194
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	195
17.2 - Aumentos do Capital Social	196
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	197
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	198
17.5 - Outras Informações Relevantes	199
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	200
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	202
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	203

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	204
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	206
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	207
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	208
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	209
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	210
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	211
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	212
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	213
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	214
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	215
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	216
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	218
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	219
20.2 - Outras Informações Relevantes	220
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	221
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	223
21.4 - Outras Informações Relevantes	224

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabiano Siqueira de Oliveira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Alberto Amorosino

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



São Paulo, 29 de maio de 2020.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2019;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
(original assinado)

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores



São Paulo, 29 de maio de 2020.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2019;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Data Início	01/01/2001		
Descrição do serviço contratado	<p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2017.</p> <p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2018, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2018.</p> <p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2019.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2019 foram pagos R\$ 264.852,00 a título de auditoria independente.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor no período mencionado.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor no período mencionado.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
MARCO ANTONIO PONTIERI	01/01/2018	126.502.398-08	R. Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 -11º andar -Torre A, Edifício EZ Tower, VI São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403132, Fax (011) 39401501, e-mail: mpontieri@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	950.894.393,47	899.059.748,90	851.004.158,62
Ativo Total	6.123.759.291,25	5.936.979.736,96	5.374.287.677,99
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	628.886.335,99	613.439.848,01	725.243.821,80
Resultado Bruto	315.906.833,67	318.174.695,65	364.686.178,06
Resultado Líquido	72.123.008,65	68.059.008,34	64.966.016,96
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	102.713.556	102.738.456	102.942.556
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,257730	8,750956	8,266787
Resultado Básico por Ação	0,702176	0,662449	0,630993
Resultado Diluído por Ação	0,70	0,66	0,63

3.2 - Medições Não Contábeis

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes que alteraram as últimas demonstrações financeiras.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
a. Regras sobre retenção de Lucros	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 46.814 mil	R\$ 49.042 mil	R\$ 46.814 mil
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao Emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	68.516.858,21	64.656.057,91	61.717.716,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	29,412023	29,412067	29,412046
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	7,584755	7,570021	7,634042
Dividendo distribuído total	20.152.194,08	19.016.683,06	18.152.443,00
Lucro líquido retido	51.970.814,57	49.042.325,28	46.813.574,00
Data da aprovação da retenção	24/04/2020	25/04/2019	19/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	2.045.466,98	16/03/2020	660.257,65	02/10/2018	0,00	06/10/2017
Preferencial	5.709.040,13	01/10/2020	8.556.764,86	02/10/2018	8.089.865,00	06/10/2017
Preferencial	12.397.686,97	16/03/2020				
Ordinária			1.240.256,78	18/03/2019		
Preferencial			8.559.403,77	18/03/2019		
Ordinária					1.981.174,00	19/03/2018
Preferencial					8.081.404,00	19/03/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	5.160.275,00	Índice de Endividamento	5,42676200	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		2.873.366,00	2.040.187,00	228.000,00	18.722,00	5.160.275,00
Total			2.873.366,00	2.040.187,00	228.000,00	18.722,00	5.160.275,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não existem informações relevantes além das anteriormente mencionadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

O emissor está sujeito a riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que o emissor está submetido podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais, e que explicitamos a seguir.

Risco de Mercado - Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco de Crédito - Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Risco de Liquidez - Risco de Liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco Operacional - Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou de eventos externos.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Dentre os controladores do emissor, as empresas holdings - Consórcio Alfa, Alfa Holdings e Corumbal Participações detêm, em conjunto, 87,71% das ações ordinárias. Na qualidade de controladoras, estas possuem o direito a eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. A este Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, e o acompanhamento da sua implantação. Equívocos na definição, ou deficiências na implantação da Política de Gestão de Riscos poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras do emissor, ou até mesmo impactar na sua solvência.

c. a seus acionistas

Devido ao baixo nível de liquidez das ações do emissor, movimentos relevantes de compra ou venda feitos por um número pequeno de acionistas poderão causar grandes volatilidades, distorcendo os preços destes papéis no mercado. Além disso, em momentos de piora das condições de mercado os acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderão enfrentar adversidades por conta da redução da liquidez dificultando a negociação das ações da instituição.

d. a suas controladas e coligadas

O emissor não detém participação em outras empresas.

e. a seus fornecedores

Nossos sistemas de informação são em sua maioria fornecidos por terceiros, desta forma, estamos sujeitos a condições adversas oriundas da deterioração da situação financeira ou técnica de fornecedores e que podem impactar no de prazos de implantação de novos desenvolvimentos ou na piora da performance dos sistemas existentes.

f. a seus clientes

O emprego de critérios equivocados de avaliação de crédito poderá superestimar a capacidade de pagamento de certos clientes que, no futuro poderão apresentar dificuldades em honrar suas obrigações com o emissor. Esta possibilidade impactaria adversamente o resultado financeiro e o fluxo de caixa da instituição

Da mesma forma, o estabelecimento ineficaz de procedimentos e critérios para prevenir a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores na instituição poderia impactar negativamente a sua reputação e seus resultados.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente determinados setores econômicos específicos. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A atuação do emissor é submetida à regulação principalmente do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliário. Eventuais alterações na regulamentação dos mercados ou produtos onde atuamos poderia reduzir nossas margens, restringir a atuação ou mesmo impedir nossa operação nesses mercados, afetando assim negativamente os resultados futuros do emissor.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Por atuarmos somente no mercado brasileiro não estamos expostos a este tipo de risco.

j. a questões socioambientais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nas nossas avaliações para a concessão de crédito, buscamos trabalhar com clientes que se comprometam com os princípios de nossa Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e que permaneçam aderentes às mesmas até a liquidação de suas operações. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter socioambiental relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O emissor, dada a características da exposição de suas captações e aplicações, poderá estar sujeito ao risco de variação nas taxas de juros prefixadas, as quais podem influenciar seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Com base em 31/12/2019, o quadro abaixo mostra o montante das exposições mencionadas acima e o respectivo teste de estresse aplicado pela instituição.

31/12/2019				
<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u> <u>cenário (a)</u>	<u>Deterioração de 25%</u> <u>cenário (b)</u>	<u>Deterioração de 50%</u> <u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	1.367.303	(42.091)	(28.004)	(54.223)
31/12/2018				
<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u> <u>cenário (a)</u>	<u>Deterioração de 25%</u> <u>cenário (b)</u>	<u>Deterioração de 50%</u> <u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	500.797	(7.970)	(7.742)	(14.712)

As demais exposições a outros fatores de riscos são desprezíveis nesta data.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**Natureza: Cível**

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Processo nº. 0009024-54.2004.8.26.0053	
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública
b. Instância	Justiça Estadual
c. Data de instauração	31/03/2014
d. Partes no processo	Emissor x Município de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.377 mil
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que visa afastar a cobrança de ISS sobre as receitas decorrentes da contratação de aval, fiança e congêneres. O Emissor obteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, sob alegação de que o argumento de que para o deslinde da controvérsia faz-se necessária a ampla produção de provas, incompatível com o rito do Mandado de Segurança. O Emissor interpôs recurso de Apelação o qual foi julgado pelo Tribunal de Justiça, para o fim de dar provimento ao apelo, afastando a sentença, porém, no mérito, denegando a segurança. O Emissor interpôs Recursos Especiais (REsp) e Extraordinários (REExt), os quais não foram admitidos. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento (AI) do Despacho Denegatório dos Recursos. O Relator no Superior Tribunal de Justiça admitiu o AI e o converteu em julgamento do REsp, mas no mérito, não lhe deu provimento. Posteriormente o Relator no Supremo Tribunal Federal do AI do Despacho Denegatório do REExt negou provimento ao recurso. Foi interposto Agravo Regimental, o qual foi desprovido. Foram opostos Embargos de Declaração, pendentes de apreciação.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A eventual perda deste processo implicará no desencaixe de R\$ 1.377 MM, sem afetar a posição financeira, patrimonial ou os negócios do Emissor, porém impactará negativamente o seu resultado, de forma que poderá refletir na cotação de suas ações.
i. Valor provisionado	R\$ 1.377 mil

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

O Emissor não possui processos nessas condições.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não existem processos sigilosos, relevantes ou não, em que o Emissor seja parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**Natureza: Cível**

a. valores envolvidos: R\$ 71.472,41

b. valor provisionado, se houver: Não há provisão

c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que preveem o pagamento de certas tarifas. Alguns financiados entendem que a cobrança de tarifas é abusiva e pedem a restituição dos valores cobrados.

a. valores envolvidos: R\$ 1.381.663,59

b. valor provisionado, se houver: Não há provisão

c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que preveem o pagamento de juros. Alguns financiados entendem que a cobrança de juros é abusiva e pedem o recálculo dos valores cobrados.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes não descritas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Os valores mobiliários do Emissor são negociados somente no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a. O Emissor possui políticas formalizadas para o gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. O emissor tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:
- o risco de crédito;
 - o risco de mercado;
 - o risco operacional;
 - o risco de liquidez;
 - o risco socioambiental;
 - demais riscos inerentes aos objetivos estratégicos do emissor.

Para tanto o emissor possui políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos documentadas, com limites e procedimentos detalhados e destinados a manter sua exposição aos riscos mencionados em conformidade com seus respectivos apetites.

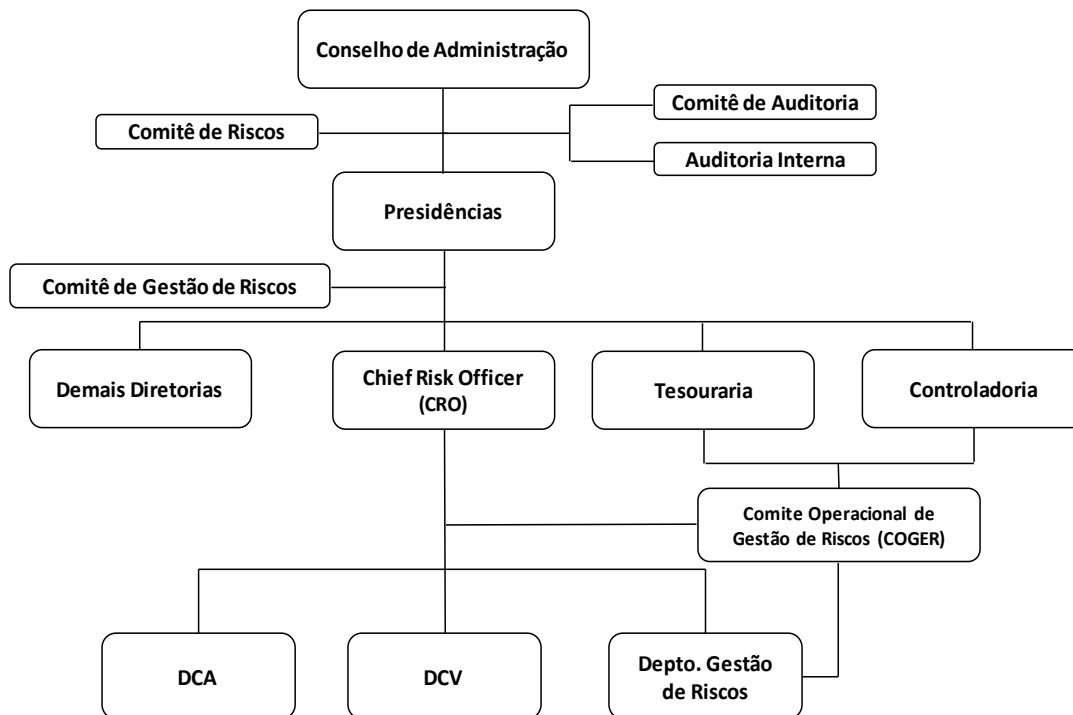
O gerenciamento de riscos vale-se de processos de monitoramento e tomadas de decisões tempestivas quanto à necessidade de medidas mitigatórias no gerenciamento dos riscos, ou retificadoras no caso de rompimento de limites estabelecidos.

Os limites são definidos por Comitês com o envolvimento da alta administração do emissor. Esses limites são monitorados através de sistemas, rotinas e procedimentos que permitem a identificação dos riscos decorrentes dos produtos e serviços oferecidos pela instituição ou de mudanças significativas nos processos operacionais.

- c. Para o gerenciamento integrado de riscos e para o gerenciamento do risco socioambiental, o emissor possui a estrutura organizacional definida conforme abaixo:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS:



1. Conselho de Administração:

O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes para a tomada de riscos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Aprovar e revisar os níveis de apetite por riscos (RAS), com o auxílio do Comitê de Riscos, do Chief Risk Officer (CRO) e outros membros da diretoria quando necessários.
- Definir a composição do Comitê de Riscos;
- Assegurar que o Conglomerado mantenha níveis adequados de capital e de liquidez;
- Assegurar que a Política de Remuneração não incentive comportamentos inadequados na tomada de riscos;
- Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:
 - A Política do gerenciamento integrado de riscos;
 - A Política de gerenciamento de capital;
 - Os planos de contingência de riscos e de capital;
 - O Programa de teste de estresse

2. Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) integrantes com a responsabilidade de:

- Propor recomendações ao Conselho de Administração, no mínimo anualmente, sobre o gerenciamento de riscos e de capital;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS, as estratégias para seu gerenciamento, considerando os riscos de forma individual e de forma integrada;
- Supervisionar o desempenho e observância pelo CRO e pela diretoria dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos internos de gerenciamentos de risco e de capital à esta Política e demais documentos pertinentes

As deliberações do Comitê de Riscos deverão ser registradas em ata.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

3. Presidências

As Presidências do Conglomerado deverão:

- Aprovar e garantir a execução desta Política.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na instituição

4. Comitês de Gestão de Riscos

- **CGR – Comitê de Gestão de Riscos:** Deverá supervisionar a condução do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado, revisando e propondo seus limites de risco, atualizações da Política, e decidindo sobre nossas exposições quando acionado pelo COGER.
 - *Integrantes:*
 - a. Presidências;
 - b. Chief Risk Officer (CRO);
 - c. Diretor de Tesouraria;
 - d. Gerente Geral de Gestão de Riscos.
- **COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos:** Supervisiona os processos operacionais de gerenciamento de riscos.
 - *Integrantes:*
 - a. Chief Risk Officer (CRO);
 - b. Diretor de Tesouraria;
 - c. Diretor de Controladoria;
 - d. Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
 - e. Gerentes de Gestão de Riscos.

5. Chief Risk Officer (CRO)

O CRO será o Diretor Responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos e pelo Gerenciamento de Capital. Suas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Responder pela execução desta Política, e pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital.

6. Departamento de Gestão de Riscos

O Departamento de Gestão de Riscos deverá aplicar ferramentas e metodologias capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos incorridos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Documentar as estratégias para os gerenciamentos de riscos e de capital;
- Elaborar relatórios de acompanhamento de limites destinados a manter as exposições aos riscos em conformidade com o apetite fixado na RAS;
- Estabelecer processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivos às exceções ou rompimentos aos limites estabelecidos;
- Realizar a identificação prévia de riscos inerentes a:
 - Novos produtos;
 - Modificações significativas nos processos, produtos ou serviços existentes;
 - Alterações nas perspectivas macroeconômicas e seus impactos em nossas exposições;
- Realizar testes de aderência para validações de metodologias (Backtest);

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar periodicamente a adequação de sistemas, rotinas e procedimentos dos gerenciamentos de riscos e de capital
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema;
- Aplicar o teste de estresse aprovado pelo Conselho de Administração.

7. Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

As principais responsabilidades atribuídas ao DCA são as de:

- Gerenciar o sistema Creditflow;
- Cadastrar as decisões de crédito conforme as respectivas das alçadas;
- Liberar as operações nas esteiras de Crédito do Conglomerado;
- Manter atualizadas as listas de impedimentos: (Inadimplências, Prejuízos, Ações contra o Conglomerado, Recuperação Judicial e Legal);
- Representar o DAC, DCA, DCV e DOVA no Comitê Operacional de Segurança e Contingência;

8. Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

O DCV deverá:

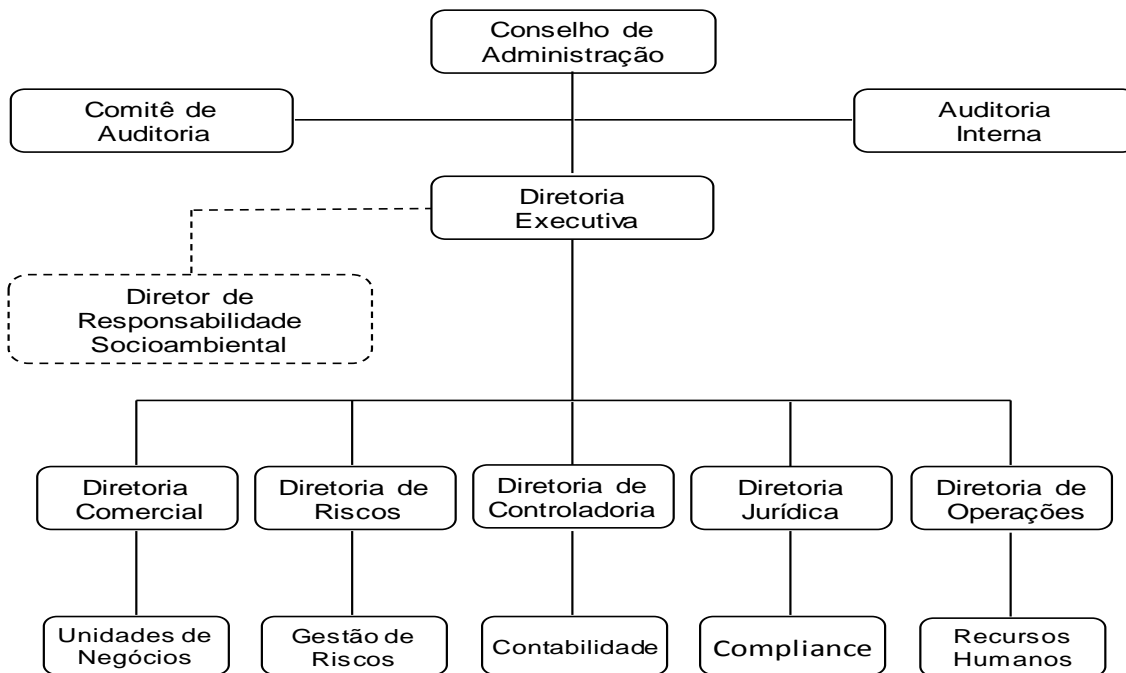
- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas no segmento varejo;
- Supervisionar, contratar e descredenciar advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança;
- Acompanhar os processos de cobrança junto a advogados terceirizados;
- Supervisionar a ação da equipe de cobrança nas regionais, bem como as empresas terceirizadas de cobrança;
- Elaborar relatórios e estatísticas de todos os créditos em atraso.

9. Auditoria Interna

A Auditoria Interna deverá verificar o cumprimento e a aderência do processo de gerenciamento dos riscos e do capital às normas externas e internas, avaliando a qualidade alcançada na execução das tarefas determinadas para as diversas etapas dos processos e das estruturas envolvidas.

RISCO SOCIOAMBIENTAL:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



1. Conselho de Administração

- Aprovar e revisar, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, esta Política, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas.

2. Auditoria Interna

- Verificar o cumprimento e a documentação pertinente à implantação e observância rigorosa desta Política de Responsabilidade Socioambiental.

3. Diretoria Executiva

- Aprovar e tornar efetiva esta Política, revisando-a no mínimo a cada 5 (cinco) anos, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

4. Diretor de Responsabilidade Socioambiental

- Diretor responsável pela aplicação desta Política.

5. Unidades de Negócios

- Respeitar os princípios e dispositivos desta Política em suas atividades, desenvolvendo procedimentos específicos para a aplicação destas regras, considerando as particularidades de seus clientes e produtos negociados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Apoiar internamente ações de desenvolvimento sustentável, promovendo treinamento aos profissionais das áreas comerciais e de crédito do Alfa e alertando seus clientes quanto à necessidade do cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas à responsabilidade socioambiental para o desembolso das operações de crédito e o transcurso normal destas operações.

6. Controles Internos e Gestão de Riscos

- Monitorar o cumprimento dos dispositivos desta Política, avaliando a aderência das práticas aos princípios e regras definidos, respeitando o cronograma de implantação estabelecido.
- Auxiliar na elaboração de planos de ação para a total implantação da Política e o cumprimento de suas diretrizes.
- Controlar, documentar e armazenar os dados das perdas oriundas de questões socioambientais, contabilizando-as em uma conta específica, podendo esta ser incorporada ao plano de contas de risco operacional. Os dados deverão ser armazenados por um período de 5 (cinco) anos.

7. Recursos Humanos

- Implantar, conscientizar e disseminar internamente os preceitos desta Política como importante instrumento de sustentabilidade de negócios.
- Promover, juntamente com as Unidades de Negócios, treinamentos sobre o tema para todos os colaboradores do Alfa.
- Coletar, documentar e armazenar informações de cunho socioambiental que reflitam a ação consciente da utilização de recursos naturais, energia, cumprimento das práticas trabalhistas e treinamento de seus colaboradores.

8. Jurídico

- Elaborar e atualizar, de tempos em tempos, as cláusulas socioambientais dos contratos firmados com clientes, investidores, fornecedores e prestadores de serviços.
- Analisar e apontar eventuais riscos legais a que o Alfa possa estar exposto ao receber um bem imóvel em garantia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- a. O Emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. A gestão de risco de mercado objetiva a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado aos quais o Emissor está sujeito, decorrente da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos contido em sua carteira. Essa prática possibilita a adoção de medidas preventivas que minimizem possíveis perdas decorrentes desse risco, proporcionando um grau tolerância controlado para o apetite ao risco nos mercados que o Emissor deseja atuar.

O gerenciamento desse risco compreende o emprego de métricas de ampla utilização no mercado: VaR Paramétrico com 99% de nível de confiança para o horizonte de 1 dia; aplicação do pior cenário de estresse divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; limites de exposição e *duration*. São adotados limites no âmbito global do Emissor quanto para os fatores de risco individualmente (Prefixado, Cupom de Moedas, Cupom de Índices de Preços, Renda Variável e Câmbio à Vista), bem como para o stop-loss de suas posições de negociação (*Trading*).

O Emissor possui limites conservadores para suas exposições ao risco de mercado, aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos (CGR).

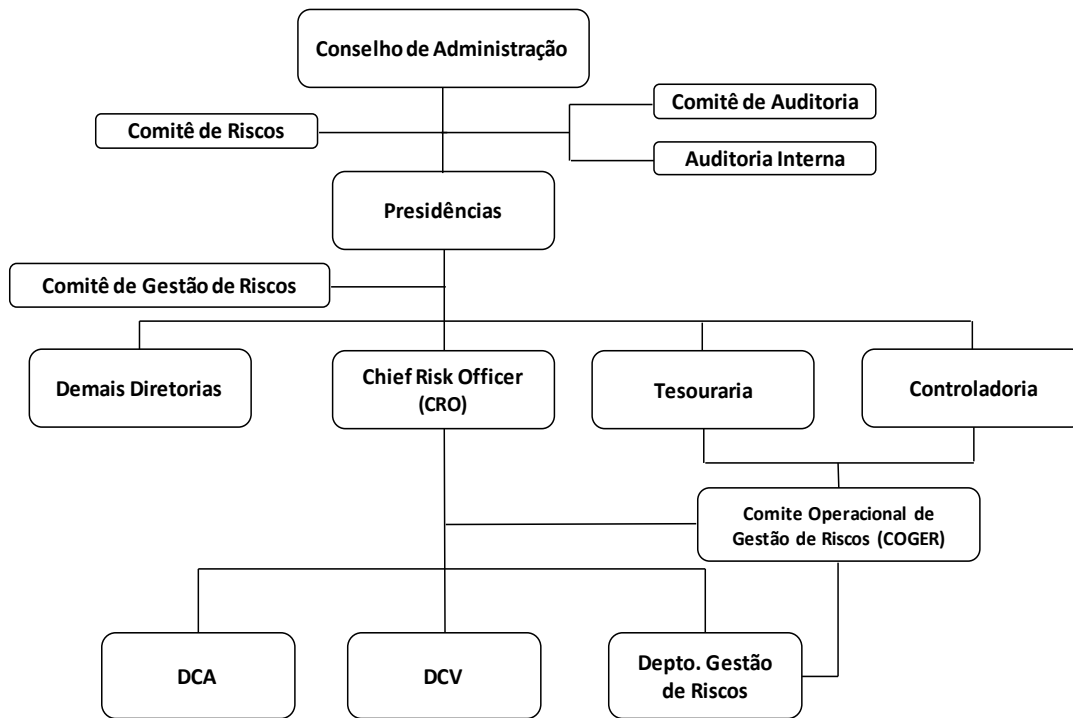
O Emissor poderá realizar hedge se identificar oportunidades de travar ganhos nas carteiras existentes, ou quando o cenário se mostrar desfavorável com possibilidade de perdas financeiras, valendo-se dos instrumentos financeiros disponíveis no mercado para sua operacionalização. Para determinar estes momentos, são utilizadas as projeções econômicas produzidas pela instituição e por entidades externas de consultoria.

A efetividade do “hedge” é monitorada desde a concepção e no decorrer da operação, através de relatórios tempestivos que detalham as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do instrumento de “hedge” vis-à-vis às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “hedge” num intervalo de 80% (oitenta por cento) a 125% (cento e vinte e cinco por cento), conforme definido no inciso II do art. 5º da Circular 3.082/02.

A estrutura do gerenciamento integrado riscos está assim constituída:

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado



Atribuições de cada órgão

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes para a tomada de riscos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

Aprovar e revisar os níveis de apetite por riscos (RAS), com o auxílio do Comitê de Riscos, do Chief Risk Officer (CRO) e outros membros da diretoria quando necessários.

Definir a composição do Comitê de Riscos;

Assegurar que o Conglomerado mantenha níveis adequados de capital e de liquidez;

Assegurar que a Política de Remuneração não incentive comportamentos inadequados na tomada de riscos;

Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:

- A Política do gerenciamento integrado de riscos;
- A Política de gerenciamento de capital;
- Os planos de contingência de riscos e de capital;
- O Programa de teste de estresse.

Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) integrantes com a responsabilidade de:

- Propor recomendações ao Conselho de Administração, no mínimo anualmente, sobre o gerenciamento de riscos e de capital;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS, as estratégias para seu gerenciamento, considerando os riscos de forma individual e de forma integrada;
- Supervisionar o desempenho e observância pelo CRO e pela diretoria dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos internos de gerenciamentos de risco e de capital à esta Política e demais documentos pertinentes.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

As deliberações do Comitê de Riscos deverão ser registradas em ata.

Presidências

As Presidências do Conglomerado deverão:

- Aprovar e garantir a execução desta Política.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na instituição

Comitês de Gestão de Riscos

CGR – Comitê de Gestão de Riscos: Deverá supervisionar a condução do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado, revisando e propondo seus limites de risco, atualizações da Política, e decidindo sobre nossas exposições quando acionado pelo COGER.

Integrantes:

Presidências;
Chief Risk Officer (CRO);
Diretor de Tesouraria;
Gerente Geral de Gestão de Riscos.

COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos: Supervisiona os processos operacionais de gerenciamento de riscos.

Integrantes:

Chief Risk Officer (CRO);
Diretor de Tesouraria;
Diretor de Controladoria;
Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
Gerentes de Gestão de Riscos.

Chief Risk Officer (CRO)

O CRO será o Diretor Responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos e pelo Gerenciamento de Capital. Suas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Responder pela execução desta Política, e pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital.

Departamento de Gestão de Riscos

O Departamento de Gestão de Riscos deverá aplicar ferramentas e metodologias capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos incorridos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Documentar as estratégias para os gerenciamentos de riscos e de capital;
- Elaborar relatórios de acompanhamento de limites destinados a manter as exposições aos riscos em conformidade com o apetite fixado na RAS;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Estabelecer processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivos às exceções ou rompimentos aos limites estabelecidos;
- Realizar a identificação prévia de riscos inerentes a:
 - Novos produtos;
 - Modificações significativas nos processos, produtos ou serviços existentes;
 - Alterações nas perspectivas macroeconômicas e seus impactos em nossas exposições;
- Realizar testes de aderência para validações de metodologias (Backtest);
- Avaliar periodicamente a adequação de sistemas, rotinas e procedimentos dos gerenciamentos de riscos e de capital
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema;
- Aplicar o teste de estresse aprovado pelo Conselho de Administração.

Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

As principais responsabilidades atribuídas ao DCA são as de:

- Gerenciar o sistema Creditflow;
- Cadastrar as decisões de crédito conforme as respectivas das alçadas;
- Liberar as operações nas esteiras de Crédito do Conglomerado;
- Manter atualizadas as listas de impedimentos: (Inadimplências, Prejuízos, Ações contra o Conglomerado, Recuperação Judicial e Legal);
- Representar o DAC, DCA, DCV e DOVA no Comitê Operacional de Segurança e Contingência;

Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

O DCV deverá:

- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas no segmento varejo;
- Supervisionar, contratar e descredenciar advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança;
- Acompanhar os processos de cobrança junto a advogados terceirizados;
- Supervisionar a ação da equipe de cobrança nas regionais, bem como as empresas terceirizadas de cobrança;
- Elaborar relatórios e estatísticas de todos os créditos em atraso.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna deverá verificar o cumprimento e a aderência do processo de gerenciamento dos riscos e do capital às normas externas e internas, avaliando a qualidade alcançada na execução das tarefas determinadas para as diversas etapas dos processos e das estruturas envolvidas.

- c. O Emissor possui estrutura operacional de monitoramento constante de riscos e de controles internos a fim de verificar a efetividade das políticas aprovadas. O Emissor considera essas estruturas adequadas para o seu porte e operações.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Área de Controles Internos atende ao Conglomerado Financeiro, composto pelo Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Alfa Financeira, Alfa Leasing e Alfa Corretora e realiza o monitoramento das atividades com o objetivo de assegurar que estejam aderentes às legislações vigentes e às normas internas pertinentes às suas atividades, bem como prover e utilizar controles para atender essas normas.

Para tanto, foi contratado o Sistema de Controles Internos – SCI, para cadastramento e monitoramento da execução dos principais controles realizados no Conglomerado, mantendo registro de todas as respostas oferecidas pelos responsáveis das atividades

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2019 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: *“Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados”*.

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

- b. estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência de Controles Internos é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Gerência Geral de *Compliance* e esta à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e esta ao Conselho de Administração.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações do Emissor. O Gerente Geral da Gerência de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2019 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2019 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Conglomerado Alfa possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta; e
- ✓ Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

O Manual de Instruções e as Políticas são atualizados periodicamente, no mínimo anualmente e sempre que houver alteração relevantes legais ou operacionais.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria Jurídica, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

As políticas “Conceito Básico e Linha de Atuação” e o “Código de Ética e Conduta”, que integram o “Livro Azul”, distribuído aos funcionários e colaboradores sob protocolo, bem como divulgados na intranet no endereço eletrônico <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=KLKCNMQO&menuid=1436>, tiveram a criação, bem como a atualização em agosto/2019, aprovadas pela Diretoria e referendadas no Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Visando o constante aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, o Conglomerado Financeiro Alfa disponibiliza diversos cursos com o objetivo de capacitar e aprimorar os conhecimentos com relação aos temas Segurança da Informação, Lei Anticorrupção, Riscos, Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Responsabilidade Socioambiental, FATCA e Ética.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade online, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias Corporate, Private, Financeira e Leasing, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, atualizado em agosto/2019, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico:

<http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?portalid=FNDLRRQP>

5.4 - Programa de Integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?portalid=FNDLRRQP>, e para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: <https://bancoalfa.com.br>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: Este canal destina-se à comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades do Conglomerado Financeiro Alfa. Não é necessária a identificação do interlocutor, relator do indício de ilicitude. É importante que o relato contenha riqueza de detalhes e maior quantidade de informações possíveis, para a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos. É assegurada a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a isenção no tratamento do reporte.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o Emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao exercício anterior.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há informações adicionais relevantes a serem prestadas pelo Emissor.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	11/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade de investimentos e financiamentos
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

A Transamérica Sociedade Anônima – Investimentos e Financiamentos, foi fundada em 1954 em Belo Horizonte – MG. Em março de 1963 passou a denominar-se Transamérica S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos. Em agosto de 1968 mudou sua sede social para São Paulo - SP. Em março de 1969 passou a denominar-se Companhia Real de Investimento S.A. – CFI.

Em novembro de 1998, com a venda do Banco Real S.A., deixou de fazer parte do Conglomerado Financeiro Real. Em março de 1999, passou a denominar-se Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo uma das empresas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Alfa.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial do Emissor.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes além das fornecidas anteriormente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O Emissor tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

O Emissor não é Sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Nos anos 2017, 2018 e 2019 as atividades do Emissor foram direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os produtos e serviços do Emissor encontram-se direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo. Os produtos e serviços são distribuídos através das suas mesas de operações, pontos de venda e filiais instalados nos maiores centros urbanos do país.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos pelo Emissor. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Nos anos 2017, 2018 e 2019 não existiam clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Autorização para funcionamento

O Emissor possui autorização do Banco Central do Brasil – BACEN para o exercício de suas atividades. Referida autorização foi concedida ao Emissor, por meio da Carta de Autorização nº. 40, expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito, atualmente Banco Central do Brasil, em 4 de março de 1955, quando ainda era denominada Transamérica Sociedade Anônima – Investimento e Financiamentos. O Emissor, cumprindo as regras do BACEN, anualmente, encaminha a este órgão informações acerca de suas atividades.

Ademais, o Emissor é registrado nesta Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde 20/07/1977 (código CVM nº. 3891), como companhia aberta. Em nome do Emissor também consta na CVM o cadastro como instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.

Legislação ambiental

O Emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal; sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes”, com aplicação de três tipos diversos de sanções. Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o Emissor preocupa-se em desenvolver sua atividade respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, a responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao Emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica do emissor, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração do emissor com o objetivo de impor obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do Emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ela exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo Emissor. Por outro lado, na qualidade de instituição financeira, o Emissor procura certificar-se de que seus clientes tomadores de recursos tenham obtido as necessárias licenças ambientais para o exercício de suas atividades financiadas. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

Patentes

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Todas as receitas relevantes obtidas pelo Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019 são originárias do Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

O Emissor não está sujeito à regulação de outros países.

7.8 - Políticas Socioambientais

- a. O Emissor integra o Conglomerado Alfa. O Conglomerado Alfa não divulga informações sociais e ambientais, no entanto desenvolve e incentiva práticas socioambientais.

Na área cultural, o Conglomerado apoia e incentiva projetos voltados à dança, música e teatro infantil através do direcionamento de recursos da Lei Rouanet. O Conglomerado também apoia projetos sociais amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Idoso, no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). O Conglomerado também apoia atividades esportivas através da Lei de Incentivo ao Esporte.

Na área educacional, o Conglomerado também investe continuamente na capacitação e no treinamento de seus colaboradores através de subsídio de bolsas de estudo para programas de pós-graduação, MBA e outros cursos de curta duração. O Conglomerado também participa do Programa Jovem Aprendiz e de programas de inserção social mediante a contratação de pessoas com necessidades especiais.

Com relação ao impacto de suas próprias atividades, o Conglomerado readequou o seu consumo de água, mediante a colocação de dispositivos de parada automática de vazão nas torneiras, e de energia elétrica, com sensores de presença em ambientes cuja demanda por iluminação não é necessariamente constante.

O Conglomerado incentiva ainda o seu quadro de colaboradores a reutilizar os papéis de impressão antes do descarte e contrata empresa certificada para a retirada de papel descartado, para fins de reciclagem.

Na área da saúde, o Conglomerado estimula seus colaboradores a participarem de ginástica laboral, promove campanhas de vacinação e realiza palestras e cursos que envolvem ações de saúde e vida social. Também presta assistência a colaboradores mais necessitados e a seus familiares, por meio de doações e auxílio fornecidos pela Fundação Clemente Faria.

- b. O Conglomerado Alfa adota metodologia própria na elaboração dessas informações.
- c. Não há revisão ou auditoria por entidade independente em relação a essas informações.
- d. Quando da avaliação das linhas de crédito ou contratação de fornecedores, o Conglomerado Alfa considera a conformidade da atuação desses clientes e fornecedores em relação às práticas socioambientais. A descrição dessas diretrizes está disponível no seguinte endereço:
<https://bancoalfa.com.br/sobreoalfa/home/politicasinstitucionais.ashx>

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que o Emissor julgue relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos anos 2017, 2018 e 2019, não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Emissor.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

O Emissor não possui contratos relevantes celebrados nos anos 2017, 2018 e 2019, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações relevantes do Emissor.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

O emissor não possui outros bens relevantes registrados no ativo não circulante além daqueles mencionados no item 9.1.b.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 821802275 - Serviços financeiros em geral	02/05/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	FINALFA - Proc. 821580507 - Serviços financeiros em geral	10/12/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA CASH - Proc. 821728920 - Serviços fiduciários; serv. de financiamento	15/06/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	FINANCEIRA ALFA - Proc. 831295058 - Análise financeira, consultoria financeira, desconto de títulos,	27/01/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 831295031 - Análise financeira, consultoria financeira, desconto de títulos,	27/01/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA CDC - Proc. 821580515 - Serviços financeiros em geral	17/08/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA EXPRESS - Proc. 821580523 - Serviços financeiros em geral	05/10/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui investimentos em sociedades controladas ou coligadas.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a) Condições financeiro-patrimoniais

2019

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da Previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe liderada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do primeiro semestre as dificuldades para a tramitação da Reforma da Previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, baseada na desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, revisão dos gastos e regras fiscais, reforma administrativa, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo adiada ou colocada em segundo plano.

A despeito das dificuldades da articulação política para garantir sua tramitação no Congresso, a Reforma da Previdência acabou sendo aprovada no segundo semestre. Com uma economia prevista para os próximos 10 anos de mais de R\$850 bilhões, consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso, a reforma foi considerada robusta e essencial para garantir uma trajetória de solvência nas contas públicas.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. Conforme não se confirmaram as expectativas mais otimistas quanto à retomada dos investimentos, do consumo e uma redução mais significativa da taxa de desemprego, as estimativas para o crescimento do PIB foram gradualmente sendo revistas para baixo ao longo do ano. Visando criar um impulso extra, ainda que pontual o governo anunciou no final de julho, a liberação parcial de recursos das contas ativas do FGTS, com efeito potencial estimado em 0,35% do PIB. Ainda assim, ao final do ano, a estimativa do consenso para o PIB de 2019 apontava para uma expansão de 1,15%, similar à registrada em 2018.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou adverso em 2019. Em meio à continuidade das tensões no conflito comercial entre Estados Unidos e China e também às indefinições quanto ao futuro da União Europeia e do Reino Unido após o BREXIT, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento em diversas regiões do Mundo. Respondendo a esse cenário, os principais Bancos Centrais sinalizaram ao longo do ano a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário, com o Federal Reserve Americano e o Banco Central Europeu efetivamente reduzindo juros entre o segundo e terceiro trimestres.

No Brasil, o pano de fundo do risco de desaquecimento global aliado ao menor crescimento doméstico acabou por resultar em um quadro de menor pressão inflacionária durante grande parte do ano. Isso permitiu que também aqui o Banco Central desse início a um ciclo de afrouxamento monetário, assim que o cenário de afastamento do risco fiscal dado pela proximidade da aprovação da Reforma da Previdência permitiu. Entre julho e dezembro, o Copom reduziu então a taxa Selic de 6,5% a.a. para 4,5% a.a., novo patamar mínimo histórico. Um choque de oferta pontual, entretanto, impediu que a inflação encerrasse 2019 abaixo do centro da meta. A alta global dos preços de proteína animal, decorrente da epidemia na China de gripe suína africana, afetou também os preços brasileiros no último bimestre no ano, e assim, a inflação medida pelo IPCA acabou encerrando com elevação de 4,31%, contra uma meta de 4,25%.

Com relação às contas fiscais, o esforço do governo para controlar as despesas e a trajetória fiscal teve sucesso e, contando ainda com recursos adicionais decorrentes do leilão das reservas de petróleo do pré-sal, o Governo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Central encerrou o ano de 2019 com um déficit primário de R\$ 95 bilhões, cumprindo com folga a meta de um déficit de R\$ 139 bilhões. A dívida bruta do setor público consolidado recuou para 75,8% do PIB ao final de 2019 de 76,5% do PIB ao final de 2018 – primeira queda desde 2013 -, contando também com o benefício da devolução de recursos do BNDES e da redução das reservas internacionais.

As contas externas, entretanto, mostraram deterioração ao longo do ano, com o déficit em conta corrente atingindo US\$ 50,8 bilhões, equivalente a 2,8% do PIB, contra 2,2% do PIB em 2018, principalmente em função de uma retração das exportações. O fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto no país, entretanto, manteve o patamar observado no ano anterior, ainda cobrindo com folga o déficit em conta corrente, ao contabilizar a entrada de US\$ 78,6 bilhões (equivalente a 4,3% do PIB).

Com um cenário internacional menos favorável e o ritmo de retomada do crescimento interno frustrando as expectativas, o real se desvalorizou 4% em 2019, encerrando o ano cotado a R\$/US\$ 4,02. Dentro desse contexto de contas externas, a autoridade monetária alterou ao longo do ano sua forma de intervenção no mercado cambial, passando a gradualmente reduzir seu estoque de swaps cambiais e a ofertar moeda diretamente, através da diminuição de seu estoque de reservas internacionais, considerado em nível mais que suficiente. Ao final de 2019, as reservas internacionais somavam US\$ 356,9 bilhões, ainda cobrindo 110% do total da dívida externa do país.

A seguir, relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações da Sociedade:

O lucro líquido foi de R\$72,1 milhões, correspondente a R\$ 702,18 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 8,02% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre ativos totais inicial foi de 1,21%. O patrimônio líquido totalizou R\$ 951 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 6.123,8 milhões.

A Sociedade tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

Os saldos de operações de crédito, incluindo empréstimos e financiamentos, relações interfinanceiras e ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 4.997,8 milhões, com aumento de 15,53% quando comparado com o exercício anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 61,7 milhões, representando 1,23% da carteira de crédito, com aumento de 3,98% quando comparado com o exercício anterior.

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 55,6 milhões, representando 90,14% do total provisionado ou o equivalente a 1,11% da carteira de crédito, um aumento de 23,68% em comparação com o ano anterior.

A Sociedade utiliza como principais fontes de captação de recursos: depósitos interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2019, o total de recursos captados pela Sociedade alcançou R\$ 4.464,3 milhões, sendo:

- a) R\$ 4.455,7 milhões em depósitos interfinanceiros;
- b) R\$ 7,6 milhões em recursos do BNDES;
- c) R\$ 1,0 milhões em cessão de operações de crédito com coobrigação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2018

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro quanto a potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto, o esforço para obtenção de bons resultados fiscais no curto prazo, e um cenário internacional esperado de crescimento global ainda acima da média, com ampla liquidez e a expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O contexto internacional, entretanto, foi se mostrando ao longo do tempo mais negativo do que o previsto. Dados mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo já desde o início do ano se somaram à uma expectativa de maior elevação de juros nos Estados Unidos, sob a perspectiva de um forte estímulo fiscal doméstico, e também à adoção de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais com diversos países, em especial com a China.

E, enquanto a disputa comercial sino-americana avançava no decorrer do ano, com a efetiva implementação de tarifas e riscos de exacerbação do conflito, além da própria deterioração da expectativa de crescimento econômico nas duas regiões, passou-se a temer cada vez mais um desaquecimento global de proporções maiores adiante, conforme se comprometiam índices de confiança, intenções de investimento e de consumo, também em países ligados às suas cadeias produtivas e se estendendo a seus parceiros comerciais.

Essa gradual deterioração do cenário global, embora em última instância não tenha alterado a postura esperada dos principais Bancos Centrais do mundo – o Federal Reserve americano, por exemplo, subiu sua taxa de juros em 100 pontos base no decorrer do ano e o Banco Central Europeu foi reduzindo e finalmente encerrou seu programa de expansão do balanço em dezembro – alterou as precificações de mercado e provocou ao longo do ano uma série de episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

No Brasil, o aumento dos riscos no ambiente internacional somado à crescente apreensão com as indefinições do quadro eleitoral exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro. Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, a autoridade monetária, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. Já no 2º trimestre, também optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Em meio a esse contexto, o Brasil também enfrentou, no fim de maio, uma greve nacional de caminhoneiros, que paralisou parte significativa da economia brasileira por cerca de 10 dias. Afetando a produção industrial, o setor de comércio, serviços e transportes no 2º trimestre, a greve abalou os níveis de confiança, provocando a elevação dos índices de inflação, e acabou comprometendo também as expectativas de crescimento do PIB no ano, especialmente quando aliada à cautela sobre a evolução do quadro político-eleitoral.

Com a crescente indefinição sobre o resultado do pleito nacional e o temor de que pudesse ser eleito um candidato não alinhado com a promoção do necessário ajuste fiscal - essencial para a sustentabilidade da dívida pública e para a criação de condições para a retomada de crescimento, ou com pouca capacidade de articulação

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

no Congresso para levar adiante reformas econômicas, a deterioração das expectativas nos mercados levou à novas rodadas de desvalorização cambial. Em meio ao aumento de incertezas, no decorrer de agosto e setembro o real chegou a ultrapassar o patamar de R\$/US\$ 4,20.

A definição do quadro eleitoral, a partir de outubro, entretanto, resgatou o otimismo com a trajetória esperada para a economia brasileira. Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito Presidente da República e estabeleceu como prioritário em seu governo do ponto de vista econômico o equacionamento da questão fiscal. Além de reconhecer a urgência em se realizar uma Reforma da Previdência robusta, Bolsonaro ainda demonstrou firme disposição de atacar os problemas que restringem o crescimento econômico. A renovação do Congresso eleito em outubro, por sua vez, também foi bem recebida, com o novo perfil do legislativo eleito, considerado mais alinhado ideologicamente com o do executivo, também considerado como favorável à articulação política para a tramitação das reformas.

Por fim, ao longo do 4º trimestre, o anúncio da equipe econômica do novo governo, assim como sua pauta de medidas em paralelo à Reforma da Previdência, também foi bem recebida. Propostas para simplificação tributária, abertura comercial, desburocratização e desregulamentação da economia, uma agenda de privatizações, concessões e projetos de impulso da área de infraestrutura e também intenção de efetivar a independência do Banco Central, entre outras medidas, foram apresentadas e avaliadas como muito positivas no sentido de expandir o crescimento potencial da economia, assim como propiciar a manutenção de juros estruturalmente mais baixos.

Esse conjunto de fatores contribuiu favoravelmente para os preços de ativos nos últimos meses do ano, permitindo um quadro de diferenciação brasileira em relação à economia global, que, por sua vez, permaneceu em trajetória de desaceleração, atravessando um período de forte aperto de condições financeiras e com expectativas de crescimento novamente sendo revistas para baixo em diversos países.

Assim, ainda que o ano de 2018 tenha se encerrado com um crescimento apenas moderado do PIB (próximo a 1,3%, ante 1,1% em 2017), muito pouco recuo na taxa de desemprego (média de 12,2%, contra 12,7% em 2017) e um nível ainda alto de ociosidade na economia brasileira, que levaram a mais um ano de inflação abaixo da meta (3,75%, contra meta de 4,5%), apesar da forte desvalorização cambial (17,1%), o saldo do ano pode ser considerado positivo. A meta fiscal e o teto de gastos foram cumpridos, mesmo com o crescimento abaixo do esperado. O déficit em conta corrente (US\$ 14,5 bilhões) continuou a ser amplamente financiado pelos fluxos de investimento estrangeiro direto (US\$ 88 bilhões), que inclusive se aceleraram com a recuperação do otimismo no decorrer do 2º semestre. O ano também se encerrou com forte recuperação nos índices de confiança domésticos e com a expectativa de que, com alguma habilidade política do novo governo que tomou posse em janeiro, vários destes indicadores possam apresentar melhorias significativas em 2019, permitindo ao país melhor se insular de um quadro internacional com mais incerteza e riscos ainda elevados.

A seguir, relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações da Sociedade:

O lucro líquido foi de R\$68,0 milhões, correspondente a R\$ 662,45 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 8,00% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre ativos totais inicial foi de 1,27%. O patrimônio líquido totalizou R\$ 899 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 5.936,9 milhões.

A Sociedade tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os saldos de operações de crédito, incluindo empréstimos e financiamentos, relações interfinanceiras e ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 4.325,9 milhões, com aumento de 7,05% quando comparado com o exercício anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 59,3 milhões, representando 1,37% da carteira de crédito, com redução de 25,36% quando comparado com o exercício anterior.

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 44,9 milhões, representando 75,78% do total provisionado ou o equivalente a 1,04% da carteira de crédito, uma redução de 8,63% em comparação com o ano anterior.

A Sociedade utiliza como principais fontes de captação de recursos: depósitos interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2018, o total de recursos captados pela Sociedade alcançou R\$ 4.550,2 milhões, sendo:

- a) R\$ 4.518,0 milhões em depósitos interfinanceiros;
- b) R\$ 26,5 milhões em recursos do BNDES;
- c) R\$ 5,7 milhões em cessão de operações de crédito com coobrigação.

2017

O ano de 2017, embora ainda marcado por incertezas políticas, foi um ano de retomada de atividade econômica e queda da inflação, em meio ao quadro de esforço do governo para seguir com o ajuste fiscal e avançar na sua agenda de reformas, o que permitiu ao Banco Central conduzir com sucesso um ciclo de afrouxamento da política monetária, que trouxe a taxa de juros básica para seu menor valor histórico.

No Brasil, tendo como pano de fundo a soma das incertezas iniciais relativas ao cenário internacional e as incertezas do cenário político local herdadas de 2016, 2017 começou com expectativa de crescimento baixo, inflação esperada ainda acima da meta, embora declinante, e a perspectiva de que o ciclo de afrouxamento monetário iniciado no quarto trimestre de 2016 pudesse se estender por mais alguns meses, com uma média de projeções pelos agentes de mercado para a redução adicional da taxa básica de juros em 3,5%.

Em meio aos esforços para reforçar as condições de crescimento, a retomada da confiança e equacionar as contas fiscais, o governo buscou no decorrer do ano avançar em uma agenda de medidas e ajustes econômicos de longo prazo, na qual se destacou o esforço para a aprovação de uma reforma previdenciária.

O ano se encerrou com avanços nessa agenda referentes à aprovação da Reforma Trabalhista, na alteração no cálculo da taxa de juros de longo prazo (com a alteração da TJLP para TLP), com avanços nos programas de concessões e privatizações e nas renegociações de dívidas com os estados. A pauta da Reforma da Previdência, chave para o equilíbrio fiscal das contas públicas no médio e longo prazo, entretanto, não conseguiu avançar, comprometida pela volatilidade do quadro político.

Do ponto de vista econômico, entretanto, apesar da instabilidade política e da volatilidade dos mercados, 2017 acabou apresentando desempenho significativamente mais positivo do que inicialmente esperado. O consenso das estimativas do mercado indica um crescimento próximo a 1% no PIB de 2017. A recuperação da atividade econômica, que se iniciou tímida, favorecida pela excepcional safra agrícola, ganhou tração ao longo do ano, com impulso adicional ao consumo vindo da liberação de recursos inativos do FTGS da ordem de R\$ 40 bilhões e da desaceleração significativa da inflação, que também permitiu ao Banco Central avançar mais do que o

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

previsto no corte de juros. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2017 em 2,95%, abaixo do piso da meta estabelecida pela autoridade monetária, beneficiada pela queda nos preços de alimentos, mas também pela desaceleração significativa nos preços de serviços e de bens industrializados. E mesmo a grande volatilidade apresentada pela taxa de câmbio do decorrer do ano, reflexo do cenário político, teve pouco efeito sobre a inflação, com o real apresentando no ano uma desvalorização acumulada de apenas 1,5%, terminando em BRL 3,3125.

Neste contexto, o Banco Central pôde prosseguir baixando a taxa básica levando a Selic para 7,0% ao final do ano, seu menor nível histórico. Quanto à atividade econômica, vale ainda destacar a evolução do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego tendo recuado para 12% em novembro, patamar ainda alto, mas significativamente mais baixo do pico de 13,7% atingido em março de 2017. No lado fiscal, embora a trajetória de longo prazo das contas fiscais continue preocupante e seriamente dependente das reformas e ajustes a serem feitos nos próximos anos, o governo seguiu comprometido com o cumprimento das metas fiscais, equacionando as despesas e ainda se beneficiando dos efeitos positivos do maior crescimento econômico sobre a arrecadação, o que deve ter levado a um cumprimento com folga da meta de déficit primário de 2017.

Considerando o cenário internacional no início de 2017 - nos Estados Unidos - o começo de uma nova administração adicionava volatilidade e expectativa quanto à implementação de pacotes de incentivo à atividade econômica e alterações nas relações comerciais. Na Europa, a perspectiva de eleições em vários países europeus apontava o risco de vencedores menos alinhados com a manutenção do bloco ou de suas políticas. Na Ásia, a trajetória esperada de crescimento da economia Chinesa embutia dúvidas sobre a velocidade da desaceleração.

O decorrer do ano, entretanto, mostrou evolução bastante positiva nas três regiões, e na atividade econômica global de forma geral. O PIB mundial deve ter encerrado 2017 apresentando crescimento de 3,6%, contra 3,2% em 2016, com o bom desempenho generalizado entre os países.

Os Estados Unidos encerraram 2017 com um crescimento próximo a 2,3%, acelerando na margem. A economia americana seguiu em trajetória de expansão, com a taxa de desemprego recuando a níveis equivalentes ao pleno-emprego e, ao fim do ano, o governo conseguiu aprovar um substancial pacote de alívio fiscal, que tende a seguir estimulando a economia nos próximos anos. Na Europa, as preocupações políticas iniciais não se confirmaram na maioria dos países, e o crescimento econômico surpreendeu positivamente, com a atividade forte disseminada entre os países. Na Ásia, o crescimento japonês também surpreendeu positivamente e a China inclusive contrariou as expectativas oficiais de desaceleração, se expandindo 6,9% (6,7% em 2016).

Em paralelo, mesmo com a atividade econômica forte, as pressões inflacionárias seguiram bastante contidas na maior parte das economias, permitindo aos principais Banco Centrais do mundo prosseguirem com a normalização gradual de suas políticas monetárias.

Olhando para a frente, na esteira do maior crescimento ocorrido em 2017, 2018 se inicia no Brasil com a expectativa de uma expansão do PIB da ordem de 2,7%, com a inflação voltando a acelerar, mas ainda abaixo do centro da meta, o que permitiria ao Banco Central prosseguir com algum afrouxamento adicional da política monetária no início do ano. O mercado de trabalho tende a continuar se fortalecendo e o cenário para as contas públicas torna-se um pouco mais desafiante, sob a pressão de maiores gastos e menos fontes de receita em 2018, a despeito da expectativa de continuidade de melhora na arrecadação, decorrente da maior atividade. As chances de avanço nas reformas econômicas tendem a ser menores em 2018, em vista do ano eleitoral, com eleições presidenciais marcadas para o último trimestre. O quadro eleitoral fragmentado tende a ser a principal fonte de volatilidade nos mercados no decorrer do ano, em meio a um cenário internacional que tende a seguir benéfico,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

com continuidade da expansão da economia global de forma sincronizada, normalização gradual da política monetária e ampla liquidez.

A seguir, relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações da Sociedade:

O lucro líquido foi de R\$64,9 milhões, correspondente a R\$ 631 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 8,07% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre ativos totais inicial foi de 1,40%. O patrimônio líquido totalizou R\$ 851 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 5.374,3 milhões.

A Sociedade tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

Os saldos de operações de crédito, incluindo empréstimos e financiamentos e ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 4.040,9 milhões, com aumento de 15,75% quando comparado com o exercício anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 79,4 milhões, representando 1,97% da carteira de crédito, com redução de 18,56% quando comparado com o exercício anterior.

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 49,2 milhões, representando 61,9% do total provisionado ou o equivalente a 1,22% da carteira de crédito, uma redução de 20,86% em comparação com o ano anterior.

A Sociedade utiliza como principais fontes de captação de recursos: depósitos interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2017, o total de recursos captados pela Sociedade alcançou R\$ 4.165,2 milhões, sendo:

- a) R\$ 4.096,2 milhões em depósitos interfinanceiros;
- b) R\$ 55 milhões em recursos do BNDES;
- c) R\$ 14 milhões em cessão de operações de crédito com coobrigação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2019

Dada sua natureza de instituição financeira, as principais fontes de captação da Sociedade são:

- Depósitos interfinanceiros;
- Vendas de ativos financeiros; e
- Recursos do BNDES e FINAME para repasse.

Todas as dívidas da Sociedade estão sujeitas ao mesmo grau de subordinação.

Não existem restrições impostas à Sociedade em relação à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, à alienação de controle societário, ao limite de endividamento ou à emissão de novos valores mobiliários que não as previstas em determinações legais e regulamentares dos órgãos reguladores.

b) Estrutura de Capital

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Data	Capital Social
31.12.2017	R\$ 400.030.000,00
31.12.2018	R\$ 423.430.000,00
31.12.2019	R\$ 448.030.000,00

O Capital Social da Sociedade é dividido em 102.942.556 (cento e dois milhões, novecentas e quarenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil e duzentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias.

Estrutura de Capital: Próprio e de Terceiros (R\$ mil) (BRGAAP)

Descrição	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total
Patrimônio Líquido	950.894	15,6%	899.060	15,2%	851.004	15,9%
Capital de Terceiros	5.160.275	84,4%	5.018.797	84,8%	4.505.021	84,1%
Total	6.111.169	100,0%	5.917.857	100,0%	5.356.025	100,0%

A Sociedade vem mantendo, nos últimos três exercícios, capital próprio em percentual superior a 15% do passivo total, considerado pela Administração um nível adequado e conservador. Além disso, a proporção de capital próprio das instituições é regulamentada e monitorada pelo Banco Central do Brasil e, na aplicação das normas vigentes dessa Autarquia, fica evidenciada a boa capacidade de solvência da Sociedade.

Não há previsão de resgate de ações de emissão da Sociedade.

c) Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Sociedade tem mantido, nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019 liquidez suficiente para pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Os controles e estratégias de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente, com o objetivo de avaliar os ativos que compõem sua carteira, o fluxo de caixa diário e projetado, de modo a garantir a liquidez necessária para honrar vencimentos e renovações de operações financeiras, concessões de empréstimos e outras formas de crédito, fluxo de caixa de despesas, antecipação de passivos, atraso nas carteiras e necessidades próprias de capital de giro. Adicionalmente, as posições são monitoradas e em aderência à estratégia traçada, casadas da melhor maneira possível quanto a prazos e taxas.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de liquidez a que o Conglomerado está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas, além de reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento e divulgar os resultados para a Administração.

A política para gestão do risco de liquidez e o nível mínimo de caixa desejado para o Conglomerado Financeiro Alfa são definidos nas reuniões do CGRM (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) e são reavaliados periodicamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As premissas utilizadas nas projeções seguem as recomendações definidas na Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, tendo como principais objetivos de monitoramento:

- A avaliação dos fluxos de caixa em condições normais de mercado, levando-se em conta principalmente as captações livres para resgate, as com carência, as aplicações com liquidez, os fluxos de repagamento dos empréstimos, e as perspectivas de inadimplência;
- A simulação de cenários em situação de estresse de liquidez, de forma a dimensionar a intensidade e a velocidade da deterioração dos níveis de liquidez e geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Principais Fontes de Captação (R\$ mil)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros	4.455.709	4.518.019	4.096.185
Subtotal Depósitos	4.455.709	4.518.019	4.096.185
Empréstimos e Repasses	7.562	26.538	55.026
Venda de Ativos Financeiros	1.012	5.638	14.016
Total	4.464.283	4.550.195	4.165.227

O nível de liquidez mínimo da Sociedade é monitorado constantemente, a fim de garantir a liquidez necessária para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo este determinado e revisado periodicamente pelo Comitê de Caixa.

A Tesouraria estabelece as taxas dos produtos de crédito da Sociedade, operações interfinanceiras e de hedge de taxa, dando suporte aos segmentos comerciais, administrando a liquidez, respeitando as regras e objetivos de investimentos e de acordo com a política de administração de ativos e passivos. Qualquer escassez de liquidez de financiamento pode ser coberta pela Tesouraria através de captação no mercado interbancário, investindo os excedentes em instrumentos líquidos de alta qualidade, concentrado em títulos públicos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

2019

Como fonte alternativa de captação, a Sociedade tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2018

Como fonte alternativa de captação, a Sociedade tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2017

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como fonte alternativa de captação, a Sociedade tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

As principais fontes de financiamento da Sociedade são a captação de depósitos interfinanceiros, Repasses do BNDES e FINAME e de Instituições Financeiras.

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Conforme especificadas no quadro da letra d) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Assim como as instituições financeiras se utilizam do depósito a prazo com clientes, também se financiam entre si através de Depósitos Interfinanceiros (DI). Neste caso, a Sociedade tem diversas linhas de longo prazo com outras instituições financeiras de primeira linha.

iii. Grau de subordinação de dívidas

A Sociedade não tem dívidas subordinadas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Sociedade não tem qualquer restrição quanto a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de valores imobiliários ou alienação de controle societário, excetuadas as decorrentes de lei ou regulamentação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Sociedade dispõe de diversas linhas com instituições financeiras de primeira linha que lhe permitem a captação de recursos com prazos e custos adequados a suas operações, sejam recursos em reais ou em moeda estrangeira. Além disso, seus limites com o BNDES lhe permitem ampliar substancialmente a carteira de crédito constituída com repasses de recursos daquela instituição.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo, apresentamos as principais variações relativas às contas patrimoniais da Sociedade:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$MIL	2019	2018	2017	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	6.114.529	5.927.699	5.366.345	99,85	99,84	99,85	186.830	3,15	561.354	10,46
Disponibilidades	7.255	10.176	1.642	0,12	0,17	0,03	(2.921)	(28,70)	8.534	519,73
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	103.516	887.902	720.075	1,69	14,96	13,40	(784.386)	(88,34)	167.827	23,31
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	818.347	569.776	492.790	13,36	9,60	9,17	248.571	43,63	76.986	15,62
Operações de Crédito	4.946.072	4.224.760	3.808.303	80,77	71,16	70,86	721.312	17,07	416.457	10,94
Provisão Para Devedores Duvidosos	(61.535)	(59.164)	(79.183)	(1,00)	(1,00)	(1,47)	(2.371)	4,01	20.019	(25,28)
Outros Créditos, Valores e Bens	300.874	294.249	422.718	4,91	4,96	7,87	6.625	2,25	(128.469)	(30,39)
Ativo Permanente	9.230	9.281	7.943	0,15	0,16	0,15	(51)	(0,55)	1.338	16,85
Investimentos	35	751	751	0,00	0,01	0,01	(716)	(95,34)	-	-
Imobilizados de Uso	7.465	7.510	5.957	0,12	0,13	0,11	(45)	(0,60)	1.553	26,07
Intangível	1.730	1.020	1.235	0,03	0,02	0,02	710	69,61	(215)	(17,41)
Total	6.123.759	5.936.980	5.374.288	100,00	100,00	100,00	186.779	3,15	562.692	10,47

R\$MIL	2019	2018	2017	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	5.160.275	5.018.797	4.505.021	84,27	84,53	83,83	141.478	2,82	513.776	11,40
Depósitos	4.455.709	4.518.019	4.096.185	72,76	76,10	76,22	(62.310)	(1,38)	421.834	10,30
Obrigações por Repasses dos Pais - Inst.Oficiais	7.562	26.538	55.026	0,12	0,45	1,02	(18.976)	(71,51)	(28.488)	(51,77)
Instrumentos Financeiros Derivativos	457.115	283.945	167.017	7,46	4,78	3,11	173.170	60,99	116.928	70,01
Outras Obrigações	239.889	190.295	186.793	3,92	3,21	3,48	49.594	26,06	3.502	1,87
Resultados de Exercícios Futuros	12.590	19.123	18.263	0,21	0,32	0,34	(6.533)	(34,16)	860	4,71
Patrimônio Líquido	950.894	899.060	851.004	15,53	15,14	15,83	51.834	5,77	48.056	5,65
Total	6.123.759	5.936.980	5.374.288	100,00	100,00	100,00	186.779	3,15	562.692	10,47

2019

Principais variações ocorridas comparadas entre o período de 2019 e 2018.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Variação	Nota
Ativo:				
Operações de Crédito	4.946.072	4.224.760	721.312	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	818.347	569.776	248.571	(b)
Passivo:				
Depósitos	4.455.709	4.518.019	(62.310)	(c)
Instrumentos Financeiros Derivativos	457.115	283.945	173.170	(d)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- a) A Carteira de Crédito apresentou um aumento de 17,1% em relação ao ano anterior. Os principais produtos que culminaram nesse crescimento foram as operações de crédito consignado e CDC. Essas operações representam 88% da carteira de crédito e apresentaram um aumento de 14% em relação ao ano anterior.
- b) O aumento de TVM e Instrumento Financeiros Derivativos ocorre principalmente devido ao volume das Letras Financeiras do Tesouro que em 31/12/2019 era 77.386 e 31/12/2018 era 56.313.
- c) A redução nos Depósitos Interfinanceiros (DI's) decorre da política de redução da taxa de juros promovida pelo Comitê do Política Monetária. Durante o ano de 2019 o retorno sobre o DI foi de 5,94% ao passo que durante o ano de 2018 o retorno foi de 6,40%.
- d) O aumento está relacionado ao diferencial a pagar das operações de swap. O referido aumento está em linha com a estratégia da administração em proteger a Sociedade dos riscos das taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI).

2018

Principais variações ocorridas comparadas entre o período de 2018 e 2017.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação	Nota
Ativo:				
Operações de Crédito	4.224.760	3.808.303	416.457	(a)
Outros Créditos, Valores e Bens	294.249	422.718	(128.469)	(b)
Passivo:				
Depósitos	4.518.019	4.096.185	421.834	(c)
Instrumentos Financeiros Derivativos	283.945	167.017	116.928	(d)

- a) A Carteira de Crédito apresentou um aumento de 10,9% em relação ao ano anterior. Os principais produtos que culminaram nesse crescimento foram as operações de crédito consignado, CDC e gerenciamento de recebíveis. Essas operações representam 85% da carteira de crédito e apresentaram um aumento de 16% em relação ao ano anterior.
- b) A redução nesse grupo ocorre principalmente devido os recebimentos dos créditos adquiridos do Banco Alfa S.A. A Sociedade adquiriu do Banco Alfa S.A. até novembro de 2016 créditos com retenção dos riscos pela cedente, contabilizados nesse grupo contábil segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.
- c) O aumento de R\$421.834 dos depósitos representado pelos depósitos interfinanceiros entre empresas ligadas está relacionado com a gestão de fluxo de caixa das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa.
- d) O aumento está relacionado ao diferencial a pagar das operações de swap. O referido aumento está em linha com a estratégia da administração em proteger a Sociedade dos riscos das taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI).

2017

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Principais variações ocorridas em 2017, extraídas da tabela acima

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	Nota
Ativo:				
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	492.790	293.199	199.591	(a)
Operações de Crédito	3.632.778	3.011.376	621.402	(b)
Passivo:				
Depósitos	4.096.185	3.486.526	609.659	(c)

- a) Os títulos e valores mobiliários apresentaram as seguintes variações: i) aumento de R\$230.136 nas Letras Financeiras do Tesouro; ii) redução de R\$30.545 em operações de Swap.
- b) A Carteira de Crédito apresentou um aumento de 15% em relação ao ano anterior, as principais variações decorrem de:
- i) Aumento nas operações com crédito consignado, CDC, gerenciamento de recebíveis e floor plan. Essas operações representam 96% da carteira de crédito e apresentaram um aumento de 18% em relação ao ano anterior.
 - ii) Redução nas operações com repasses e CP Lojista. Essas operações representam 2% da carteira de crédito e apresentaram uma redução de 46% em relação ao ano anterior.
- c) O aumento de R\$609.659 dos depósitos representado pelos Depósitos Interfinanceiros entre empresas ligadas está relacionado com a gestão de fluxo de caixa das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro**a) Comentários dos diretores – Resultado operacional e financeiro**

Para melhor compreensão dos lucros apresentados nos Demonstrativos de Resultado da Sociedade dos exercícios findos em 2017, 2018 e 2019 abaixo estão listados os principais itens de receita e despesa e comentários sobre os eventos mais significativos que impactaram os resultados.

Descrição	Em R\$MIL		
	2019	2018	2017
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	315.907	300.214	284.471
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de Prestação de Serviços	20.368	10.156	8.326
Rendas de Tarifas Bancárias	35.682	34.205	30.842
Despesas de Pessoal	(124.944)	(115.408)	(100.726)
Outras Despesas Administrativas	(82.537)	(73.387)	(65.509)
Despesas Tributárias	(22.288)	(20.542)	(22.132)
Outras Receitas Operacionais	13.908	24.689	10.714
Outras Despesas Operacionais	(55.069)	(54.222)	(69.682)
RESULTADO OPERACIONAL	101.027	105.705	76.304
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.079	(954)	32.478
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	108.106	104.751	108.782
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(31.180)	(31.824)	(39.370)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(4.803)	(4.868)	(4.446)
LUCRO LÍQUIDO	72.123	68.059	64.966

2019

O lucro líquido da Sociedade no exercício atingiu R\$ 72.123 mil, correspondendo à rentabilidade de 8,02% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 899.060 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 702,18.

As principais variações que contribuíram para o aumento do lucro em 2019 quando comparado com o ano de 2018 foram:

Descrição	2019	2018	Variação	Nota
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	315.907	300.214	15.693	(a)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	56.050	44.361	11.689	(b)
Despesas de Pessoal	(124.944)	(115.408)	(9.536)	(c)
Outras Despesas Administrativas	(82.537)	(73.387)	(9.150)	(d)
Outras Receitas Operacionais	13.908	24.689	(10.781)	(e)
Resultado não Operacional	7.079	(954)	8.033	(f)

- (a) O aumento foi impulsionado principalmente por: **i)** aumento das receitas de operações de crédito (R\$ 779.212 mil em 2019 ante R\$ 639.579 mil em 2018); **ii)** aumento no resultado com instrumentos financeiros derivativos (despesa de R\$ 239.421 mil em 2019 ante despesa de R\$ 147.265 em 2018); **iii)** redução das receitas de venda ou transferência de ativos financeiros (R\$ 11.658 mil em 2019 ante R\$ 27.480 mil em 2018) e **iv)** redução das despesas de operações de captações no mercado (R\$ 284.733 mil em 2019 ante R\$ 288.952 mil em 2018).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- (b) O aumento foi impulsionado principalmente **i**) pela renda de serviços de comissão estipulante de apólices de seguros junto à seguradora (R\$ 14.630 mil em 2019 ante R\$ 6.479 mil em 2018); **ii**) pelas receitas com tarifas de cadastro, especificamente o produto CDC (R\$ 23.538 mil em 2019 ante R\$ 17.880 mil em 2018).
- (c) O aumento foi impulsionado principalmente **i**) pelas despesas de proventos (ordenados, comissão de cargo, férias, aviso prévio indenizado etc); e **ii**) despesas com benefícios (assistência médica, programa de alimentação ao trabalhador – PAT, etc).
- (d) O aumento foi impulsionado principalmente **i**) pelas despesas com processamento de dados (R\$ 28.638 mil em 2019 ante R\$ 25.709 mil em 2018); **ii**) serviços com terceiro (R\$ 8.027 mil em 2019 ante R\$ 5.201 mil em 2018) e **iii**) propaganda e publicidade (R\$ 5.877 mil em 2019 ante R\$ 2.606 mil em 2018).
- (e) A Sociedade ao longo do ano de 2019 reduziu as aquisições de recebíveis e antecipações de títulos ao passo que as renda de títulos de créditos registradas no grupo outras receitas operacionais sofreram uma redução no ano de R\$ 8.369 mil, representada por uma receita de R\$ 9.592 mil em 2019 ante R\$ 17.961 em 2018.
- (f) O aumento no resultado não operacional foi impulsionado principalmente pela alienação das ações que a Sociedade detinha da Cielo S.A.

2018

O lucro líquido da Sociedade no exercício atingiu R\$ 68.059 mil, correspondendo à rentabilidade de 8,00% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 851.004 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 662,45.

Seu resultado operacional aumentou em 2018 comparado a 2017, tendo destaque o aumento no resultado bruto da intermediação financeira, impulsionado principalmente: **i**) pelo aumento das receitas de operações de crédito (R\$ 656.991 mil em 2018 ante R\$ 618.687 mil em 2017); e **ii**) redução das despesas de operações de captação no mercado (R\$ 288.952 mil em 2018 ante R\$ 347.876 mil em 2017)

Houve também a redução nas despesas operacionais em 2018, quando comparadas com 2017, pois no ano de 2017 a Sociedade aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão aumentaram o volume das despesas operacionais em 2017.

2017

O lucro líquido da Sociedade no exercício atingiu R\$ 64.966 mil, correspondendo à rentabilidade de 8,07% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 804.759 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 631.

Seu resultado operacional aumentou em 2017 comparado a 2016, tendo destaque a receita com comissões, que apresentou um aumento de R\$7 milhões em 2016 para R\$13 milhões em 2017. Por outro lado, o aumento nas despesas operacionais é decorrente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão aumentaram o volume das despesas operacionais em 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Sociedade não teve variações relevantes em suas receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

A Sociedade tampouco teve variações significativas nas nossas receitas decorrentes da introdução de novos produtos e serviços ou de alteração de volumes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Variações no resultado operacional e no resultado financeiro podem ocorrer por flutuações nas taxas de mercado dos ativos e passivos financeiros da Sociedade. Para que estas flutuações não gerem impactos significativos para a Sociedade, limites de exposições, volatilidades (VaR) e *duration* foram estabelecidos e são controlados diariamente sob diversos cenários de mercado. Os limites são estabelecidos por um comitê (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) que os avalia periodicamente vis-à-vis as condições econômicas do país e do exterior.

A gestão de risco do Conglomerado Financeiro Alfa tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado – conceituados na Resolução nº 4.557, do Banco Central – aos quais está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar a imagem de integridade e correção do Conglomerado Financeiro Alfa perante seus clientes, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos.

Em linha com boas práticas de governança de gestão de riscos, o Conglomerado Financeiro Alfa gerencia, continuamente, todas as suas exposições ao risco em conformidade com os preceitos regulatório e o Acordo de Capitais – Basileia.

As metodologias aplicadas são consagradas no mercado e periodicamente avaliadas nos comitês internos de risco de mercado, dos quais as diretorias e presidências são membros efetivos. São nesses fóruns que os limites de exposição, risco e estresse são definidos.

Os quadros apresentados a seguir demonstram a análise de sensibilidade das exposições a risco de mercado relevantes da Sociedade. Destaca-se que, além de ferramentas de sensibilidade, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de outras métricas complementares para a efetiva análise diária e administração do risco de mercado.

Em 31 dezembro de 2019 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(42.091)	(28.004)	(54.223)

Em 31 dezembro de 2018 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(7.970)	(7.742)	(14.712)

Em 31 dezembro de 2017 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(15.298)	(17.668)	(34.238)

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As premissas para as análises de sensibilidade apresentadas acima partem da consideração de que os impactos afetariam negativamente as posições da Sociedade, caso viessem a ocorrer.

Cenário 1: este é o cenário provável para os fatores de risco, utilizando como insumos, para seu cálculo, as informações prestadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de seus cenários de estresse. Esse é o cenário de estresse utilizado diariamente pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

Cenário 2: este cenário vale-se de uma deterioração de 25% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

Cenário 3: este cenário vale-se de uma deterioração de 50% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Não ocorreu introdução ou alienação de nenhum segmento operacional.

Não existem eventos ou operações relevantes não usuais a serem comentados e/ou que causaram ou poderão causar impactos nas Demonstrações Financeiras do Emissor e em seus resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não ocorreram mudanças significativas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não aplicável

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Inexistem ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor para os anos de 2017, 2018 e 2019.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Para elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, a Administração adota políticas contábeis julgadas adequadas, dentre as quais algumas envolvem alto grau de julgamento, fundamentado em análises, estimativas e experiência das pessoas envolvidas. Embora a Administração tenha como meta refletir nas demonstrações financeiras os números mais fidedignos, é possível que outros, considerando as mesmas informações, cheguem a conclusões diferentes.

A seguir são listados os procedimentos adotados nas políticas contábeis consideradas críticas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esses ativos financeiros são classificados, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação – são ativos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no balanço pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos adquiridos com a intenção de sua manutenção até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos que não se enquadram nem na categoria de negociação nem na categoria de mantidos até o vencimento. São apresentados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

A classificação desses ativos financeiros se dá no momento da sua aquisição, conforme a intenção da Administração. Modificações na classificação original destes ativos financeiros são eventos raros e têm potencial de causar impactos significativos nos resultados da Sociedade. Qualquer modificação desta natureza envolve um grau de julgamento e é precedida de um conjunto de análises considerando-se sempre os limites e requisitos das normas contábeis aplicáveis (Circular BACEN nº 3.068/01).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Administração da Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos apenas com a intenção de proteção (“hedge”), ou seja, para eliminar ou minimizar os riscos resultantes principalmente de variações em taxas de juros.

Essas operações são contabilizadas pelo seu valor justo em contrapartida de resultado do exercício. Os ativos e passivos relacionados, objeto de hedge de valor de mercado, quando se qualificam para a “contabilidade de hedge”, tal como definem as normas de contabilidade (Circular BACEN nº 3.082/02), são apresentados nas demonstrações financeiras pelo valor justo em contrapartida ao resultado do exercício.

PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída observando-se as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.682/99) e do Banco Central do Brasil (Carta Circular BACEN nº 2.899/00) e é apurada em valor considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com inadimplência que possam ocorrer nas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contrato de câmbio e outras operações que apresentem riscos de crédito.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As análises da Sociedade para determinar o valor da provisão envolvem critérios diferentes entre operações consideradas significativas e operações de varejo. Para as primeiras, as análises são individuais, e para as operações de varejo, são analisadas as carteiras e leva-se em consideração o tipo de operação, as garantias e os atrasos nos recebimentos desses ativos.

Baseadas nessas avaliações, essas operações são classificadas em *ratings* (níveis de risco) e, de acordo com esses *ratings*, percentuais são aplicados para se atingir o volume de provisão necessário, conforme determina o CMN e o BACEN. O valor apurado, embora a Administração o considere adequado e suficiente para cobrir prováveis perdas de créditos, leva em conta um alto grau de julgamento. Alterações nesse processo ou no julgamento utilizado podem alterar o valor da provisão com consequente impacto no resultado do exercício.

VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

No mínimo anualmente, a Administração revisa seus ativos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

IMPOSTOS SOBRE O LUCRO

Os impostos sobre o lucro compreendem impostos correntes e impostos diferidos. Os mesmos sempre são reconhecidos contra o resultado do exercício.

Os impostos correntes são os que se esperam sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor utilizando-se as alíquotas correspondentes também em vigor.

Os impostos diferidos são apurados com base nas diferenças temporais entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas em vigor na data do balanço. O valor dos impostos diferidos registrado no balanço leva em conta que ele será recuperado com lucros que a Sociedade irá gerar no futuro. Para confirmar a capacidade de geração de resultados futuros suficientes para a realização dos impostos diferidos, a Administração se baseia em estudos técnicos preparados em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 3.059/2002, em que são utilizados em grande escala critérios subjetivos de avaliação. O percentual de realização dos impostos diferidos ano a ano é apresentado em nota explicativa às demonstrações financeiras.

PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Esses passivos contingentes envolvem, principalmente, riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Para se constituir provisões julgadas adequadas, a Administração se utiliza de opiniões dos assessores jurídicos, análise da natureza das ações e posicionamento dos Tribunais. Conforme determina a Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico do CPC nº 25, sempre que a probabilidade de perda for avaliada como provável, que representa uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação, e quando os montantes forem mensuráveis com razoável segurança, uma provisão é constituída. Os passivos contingentes considerados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas demonstrações financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

10.8 - Plano de Negócios

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como objetivo a expansão de sua atuação nos mercados nos quais está presente, quais sejam, operações de crédito com grandes empresas, financiamento de automóveis, crédito consignado, crédito pessoal, gestão de recursos e Private Bank.

A administração das atividades do Conglomerado Financeiro Alfa é centralizada e compartilha os mesmos sistemas de controle. A Diretoria do Conglomerado Financeiro reconhece a importância da tecnologia para o crescimento das operações e dos novos negócios, e que os investimentos necessários devem ser realizados a tempo, de forma eficaz e compatível com o volume de negócios e receitas das Instituições.

Os investimentos em tecnologia vêm sendo realizados de forma a atender as necessidades do Conglomerado Financeiro Alfa, alinhado com o crescimento das operações e com a modernização da infraestrutura e arquitetura para atender os novos negócios. Com objetivo principal de mitigar riscos, bem como garantir a continuidade dos negócios, o foco dos investimentos é em segurança da informação e a modernização dos sistemas e aplicativos, a fim de aumentar as operações de forma segura e eficiente, e como ações constantes, a atualização do parque de computadores e da rede de telecomunicações para garantir a alta disponibilidade da operação e aprimoramento de toda plataforma tecnológica

O quadro abaixo demonstra o total investido em tecnologia nos últimos três anos e a previsão de investimentos para 2020, incluindo infraestrutura de TI, como equipamentos, softwares e telecomunicações, e desenvolvimento de sistemas internos assim como as contratações de soluções sistêmicas de terceiros para atender o mercado financeiro. A previsão de investimentos para 2020 está alinhada com a estratégia do Conglomerado e contempla atualizações e implantações de melhorias nos sistemas que atendem segmentos/produtos de maior relevância, visando garantir eficiência, agilidade e baixo custo. Os investimentos contemplam a atualização tecnológica dos sistemas aplicativos e das plataformas digitais, a adequação dos sites institucionais e criação de novos produtos digitais visando acompanhar a modernização do mercado e facilitar o acesso de nossos clientes. Vale ressaltar que estão incluídos nesta previsão, os investimentos em novas tecnologias para a área de segurança da informação e a modernização dos sistemas para suportar o Open Banking e o Pagamento Instantâneo.

Investimentos (R\$ mil)	Previsão 2020	2019	2018	2017
Infraestrutura de TI	5.695	7.231	4.238	6.253
Sistemas	24.125	18.760	16.024	14.954
Total	29.820	25.991	20.262	21.207

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O Emissor registrou todos os comentários relevantes sobre o desempenho operacional nos itens anteriormente descritos.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

O Emissor não divulgou projeções ou premissas nos anos 2017, 2018 e 2019.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

O Emissor não divulgou projeções nos anos 2017, 2018 e 2019.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

i) ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- a. fixar a orientação geral dos negócios do Banco;
- b. eleger e destituir os Diretores;
- c. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos;
- d. manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- e. escolher e destituir os auditores independentes;
- f. autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior;
- g. emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral;
- h. deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembleia Geral;
- i. autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação;
- j. resolver os casos extraordinários;
- k. eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria;
- l. no interesse da Sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da assembleia geral que se realizar em seguida.

Compete, ainda, ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria a praticar os seguintes atos: transigir, renunciar, desistir, firmar compromisso nos termos do Artigo 851 do Código Civil Brasileiro, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como, também, participações acionárias.

ii) ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E OUTROS COMITÊS

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário do emissor, constituído nos termos do Art. 10 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.198, de 27.05.2004, do Banco Central do Brasil, por Assembléia Geral Extraordinária do Banco realizada em 18.06.2004, registrada na Junta Comercial deste Estado sob nº 335.972/04-4, em 06.07.2004. O Comitê de Auditoria tem por objetivo o cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no citado Regulamento, não só relativamente ao Banco, mas, também, às demais instituições pertencentes ao Conglomerado Financeiro Alfa.

Constituído por 3 membros, sendo um designado Coordenador:

Paulo Aluizio Machado de Andrade - Coordenador

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Periodicidade: Duas Reuniões Mensais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e das demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, propondo ao Conselho de Administração a forma de remuneração;
- b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- c) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; propor ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida às assembleias gerais das instituições, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores;
- e) analisar a política de remuneração dos administradores em relação às práticas de mercado, especialmente de instituições de porte e atuação semelhantes; e
- f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a filosofia do Banco, com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa e com o disposto na regulamentação aplicável.

Atualmente composto pelo Presidente do Conselho de Administração, Diretor Jurídico e Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

Periodicidade: pelo menos uma vez ao ano.

iii) CONTRATAÇÃO DE EXTRA AUDITORIA

O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria

b) ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

- a. estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;
- b. quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno;
- c. nomear e dispensar correspondentes;
- d. elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente:

- a. cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- b. representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses;
- c. instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, na hipótese de que trata o Art. 10 (dez) deste estatuto;
- d. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;
- e. dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- f. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

Diretores:

- a. dirigir os serviços e/ou agências do emissor que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente;
- b. realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria;
- c. desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente.

Não há previsão, no Estatuto Social do Emissor, de mecanismos de avaliação de desempenho de seus membros do Conselho de Administração, órgãos ou Comitês e Diretoria.

e) DATAS DE INSTALAÇÃO

Conselho Fiscal: instalado na Assembléia Geral Ordinária de 24.04.2020

Comitê de Auditoria: instalado em 18.06.2004

Comitê de Remuneração: instalado em 26.04.2012

d) MECANISMO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Não há previsão, no estatuto social do emissor, referente a mecanismos de avaliação de desempenho de seus órgãos.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- a. As convocações são efetuadas no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia.
- b. A competência para convocação é do Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais.
- c. Os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise na Alameda Santos, 466 – 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01418000, bem como no site www.bancoalfa.com.br.
- d. Nos termos da lei, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o do emissor, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Ainda que observado o disposto acima, o administrador somente pode contratar com o emissor em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que o emissor contrataria com terceiros. Caso contrário o negócio é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para o emissor as vantagens que dele tiver auferido.

Adicionalmente, o emissor preparou e impõe a seus funcionários, administradores e demais colaboradores a observância de um Código de Ética e Conduta, pelo qual são terminantemente vedados o uso de informação privilegiada, o favorecimento pessoal, a promoção ou efetivação de negócios do emissor com pessoa ou empresa de que seja sócio, ou que tenha em seu corpo diretivo parentes de até 3º grau, assim como a contratação de prestadores de serviços ou fornecedores com características similares e o recebimento de remuneração ou benefício de qualquer natureza, eventual ou não, de terceiros que transacionem com as instituições de seu Conglomerado.

- e. Nos termos do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e, quando o acionista se fizer representar por mandatário, é necessário o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento.
- f. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida, e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.

O emissor não admite procurações eletrônicas outorgadas por meio de sistema na rede mundial de computadores, nos termos do Artigo 29 da Instrução CVM nº 481/2009.

- g. Boletim de Voto: o boletim, disponível no site do Emissor (www.bancoalfa.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), deverá ser devidamente impresso e preenchido, atendendo as seguintes formalidades:
 - (a) Todas as folhas devem ser rubricadas;
 - (b) A assinatura deverá constar do campo apropriado, sendo necessário reconhecimento de firma;
 - (c) Os documentos constantes da tabela abaixo, conforme apropriado, deverão acompanhar o Boletim; e
 - (d) O Boletim preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida, bem como os documentos constantes da tabela abaixo, deverão ser entregues pelo acionista pessoalmente, das 09h00min. às 18h00min. (horário de Brasília), ou enviados via correio, em ambos os casos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia na sede do Emissor.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Documentos a serem apresentados ao Emissor, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal* (cópia autenticada)	X	X	X
Contrato ou Estatuto Social consolidado e atualizado** (cópia autenticada)	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação** (cópia autenticada)	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo (cópia autenticada)	-	-	X

* Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

**Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo.

Não há necessidade de notariação e consularização dos documentos.

- h. O Emissor não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.
- i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.
- a) Os acionistas que representem os percentuais mínimos de participação societária estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481/09 poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância, respectivamente, de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; e/ou (ii) deliberações a serem submetidas para as assembleias gerais ordinárias do Emissor (conjuntamente (i) e (ii) “Propostas”), observados o artigo 21.
- b) As Propostas devem ser enviadas, via correio, observados os prazos previstos no artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, para:
- Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
Alameda Santos, nº 466, 10 andar.
Cerqueira Cesar - São Paulo (SP)
CEP 01418-000
- c) Nos termos do item “a” acima, os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento Anexo II à Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02.
- d) O Emissor informará o acionista, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de Proposta, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico do acionista indicado na Proposta enviada (artigo 21-N da Instrução CVM 481/09):

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

I – se a inclusão cumpre o disposto no artigo 21-N da Instrução CVM 481/09 e se a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto a distância a ser divulgado pelo Emissor; ou

II – os motivos pelos quais sua solicitação não cumpre o disposto na legislação, indicando os documentos faltantes e/ou as alterações necessárias à sua retificação.

- j. O Emissor não disponibiliza fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.
- k. Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- a) Em 2019 ocorreram 5 reuniões ordinárias e 12 reuniões extraordinárias, totalizando 17 reuniões.
- b) O Emissor não possui acordo de acionistas.
- c) As regras de identificação e administração de conflitos de interesses estão definidas no Código de Ética e Conduta do Emissor.
- d) O Emissor não possui uma política formalmente aprovada de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o Emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Antonio José Ambrozano Neto	30/10/1970	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
132.474.888-55	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	10/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Felipe Barbosa da Silveira e Silva	14/01/1977	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Ate a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
269.366.838-78	Advogado	19 - Outros Diretores	10/07/2020	Não	0.00%
.					
Fabiano Siqueira de Oliveira	01/11/1976	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2021.	0
206.299.018-99	Contador	19 - Outros Diretores	10/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitê					
Fábio Alberto Amorosino	10/06/1966	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
073.874.508-11	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	10/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitê					
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	4
272.014.578-53	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/07/2020	Não	94.40%
Não exerce.					
Christophe Yvan François Cadier	22/08/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2023.	0
128.492.178-67	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	10/07/2020	Sim	0.00%
.					
Antonio Cesar Santos Costa	06/05/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
269.855.436-34	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	10/07/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Adilson Herrero	28/09/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
856.973.628-20	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/09/2020	Sim	0.00%
Rubem Clóvis da Rocha Cecchini	05/08/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
013.078.798-10	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	10/07/2020	Não	0.00%
Juscelino Silvio Florido	08/09/1960	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
018.696.908-26	Bacharel em Direito	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	10/07/2020	Não	0.00%
Fernando Pinto de Moura	07/09/1941	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
039.593.927-53	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	10/07/2020	Sim	0.00%
Hugo Antônio de Campos Ferreira	11/03/1975	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	3
176.082.638-30	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	10/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Wilson Roberto Bodani Fellin	05/01/1946	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	12
052.488.418-87	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	10/07/2020	Sim	16.70%
Não exerce.					
Ailton Carlos Canette	10/07/1949	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	3
287.580.728-53	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	10/07/2020	Sim	83.30%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce.					
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	18/11/1952	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
694.546.208-00	Engenheiro Civil	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	10/07/2020	Não	0.00%
Não exerce.					
Valter dos Santos	30/11/1955	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
805.308.778-72	Bancário	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	10/07/2020	Não	0.00%
Não exerce.					
Nelson Marcelino	09/04/1948	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
279.391.708-72	Consultor	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	10/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce					
Experiência profissional / Critérios de Independência					

Antonio José Ambrozano Neto - 132.474.888-55

Exerceu o cargo de Diretor de Private Banking do Banco Alfa de Investimento S.A., tendo como atribuições dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente na área de Private Banking. No Santander Private Banking – Miami - FL, exerceu o cargo de Vice President e tinha como atribuições o gerenciamento e alocação de investimentos de clientes brasileiros no exterior. No Banco Santander Central Hispano – São Paulo, exerceu o cargo de Superintendente – Escritório de Representação Brasil, Private Banking, e tinha como atribuições traçar estratégias de divulgação e venda do segmento de private internacional junto às unidades do Banco Santander no Brasil.

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram

O Banco Alfa de Investimento S.A é uma instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

O Santander Private Banking – Miami – FL é uma unidade de Private Banking pertencente ao Grupo Santander. O Banco Santander Central Hispano – São Paulo era um escritório de representação (fechado em 2006) pertencente ao Grupo Santander.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

Diretor - Banco Alfa de Investimento S.A.

Vice-President - Santander Private Banking

Superintendente Comercial - Banco Santander Central Hispano – São Paulo

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Felipe Barbosa da Silveira e Silva - 269.366.838-78

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Trabalhou de 2011 a 2020 no Banco Safra, como Superintendente, gerindo de equipes, tendo agregado novas atribuições e responsabilidades ao longo da carreira na instituição, coordenando diretamente os escritórios estrangeiros responsáveis pela ação judicial iniciada pela instituição contra Samarco, Vale e BHP buscando indenização por perdas decorrentes da desvalorização de seus bonds em virtude do desmoronamento da barragem em Mariana, MG, de 2008 a 2010 atuou como Advogado Sênior, acumulando a função de Compliance Officer no Banco WestLB do Brasil S.A. (Atual Banco Mizuho S.A.), de 2002 a 2008 atuou como advogado Advogado Sênior no Banco Safra S.A.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

Formado em Economia e em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, auditoria e consultoria. Iniciou sua carreira na Deloitte Auditores Independentes, tendo ocupado o cargo de Gerente Sênior e ter sido responsável por auditorias e projetos de consultoria no Brasil e no exterior. De 2010 a 2013, trabalhou no Banco Caixa Geral Brasil, tendo ocupado o cargo de Controller. Desde 2013, exerce o cargo de Diretor do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo como principais atribuições dirigir a Controladoria, sendo o responsável pelas demonstrações financeiras e políticas contábeis do Banco e controladas, além dos resultados e informações gerenciais e planejamento tributário.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11

Em 03/2009 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais sob orientação do Conselho de Administração; Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; Representar o Banco, ativa e passivamente; Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco, entre outras. - A partir de 03/2009 também passou a ocupar o cargo de Diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com as seguintes atribuições: dirigir os serviços e/ou dependências da Sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. – De 03/2006 a 03/2009 - Diretor responsável pelos recursos de terceiros (Asset Management). Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Banco de Investimento. O Banco Alfa de Investimento S.A., o Banco Alfa S.A., a Financeira Alfa S.A. – CFI e a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor e Diretor Presidente - Banco Alfa de Investimento S.A. Diretor - Financeira Alfa S.A. – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., Prin S.A., Semco Investimentos e Participações Ltda., Bahema S.A., Cremer S.A., Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações. Exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração no Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade. Na Prin S.A. exerce o cargo de Presidente, tendo como atribuições administrar isoladamente. Na Semco Investimentos e Participações Ltda. exerce o cargo de Diretor. Na Bahema S.A. exerce o cargo de Conselheiro de Administração. Na Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010, tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições. Na Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações exerceu o cargo de Conselheiro de Administração Independente no período de junho/2005 até maio /2009. O Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são Sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras Sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas. Ocupa ou já ocupou cargos nas seguintes companhias de capital aberto: Banco Alfa de Investimento S.A. /Financeira Alfa S.A. – CFI./Consórcio Alfa de Administração S.A./ Alfa Holdings S.A./ Bahema S.A./ - Conselho de Administração. Prin S.A. – Presidente./ Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010/ Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Christophe Yvan François Cadier - 128.492.178-67

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; e (iii) Christophe Cadier Advogados. De 08/2002 a 11/2015 - Diretor Jurídico no Banco Alfa S.A.; e De 04/2009 a 11/2015 - Diretor na Alfa Holdings S.A.; Funções: assessorar juridicamente as unidades organizacionais em assuntos jurídicos de qualquer ordem; representar a organização em juízo e fora dele; analisar e redigir contratos, pareceres, petições e outros instrumentos de ordem legal; elaborar atos societários e instrumentos de procuração; redigir atas e regulamentos, bem como responder consultas relacionadas a fundos de investimento; estabelecer contatos com órgãos públicos (Banco Central, CVM, etc.) para a solução de pendências de natureza legal e regulamentar; atender às necessidades de ordem jurídica e de natureza extraordinária do Conglomerado; e analisar e redigir atas, contratos, petições e outros instrumentos de ordem legal.

De 12/2015 a atual - Sócio no Christophe Cadier Advogados. Funções: atuação nos mercados financeiro e de capitais; contratos; societário; planejamento patrimonial e sucessório; investimento no Brasil e no exterior e M&A; arbitragem; regularização de ativos no exterior; e compliance. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Presidente do Conselho de Administração declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; e (ii) Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. No Banco Alfa S.A. e na Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. exerce o cargo de Diretor, tendo como atribuições: supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital; responder pela execução da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital; responder pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e aos objetivos estratégicos do Conglomerado; subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital; promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital; decidir, gerir e direcionar as atividades da Corretora; e definir as Políticas de Comercialização. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Adilson Herrero - 856.973.628-20

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: CEF – Caixa Econômica Federal, Coddera Software Ltda., A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., Viridi Technologies Ltda., IT Planning Serviços Empresariais Ltda. e IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. CEF – Caixa Econômica Federal - 06/2018 a 05/2019, ocupou os cargos de membro Independente do Conselho de Administração, membro Líder do Comitê de Tecnologia e Inovação, membro do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Indicação e Remuneração. Coddera Software Ltda.– 01/2018 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração. A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. – 01/2017 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração. Viridi Technologies Ltda. - 01/2016 a 12/2016, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração. IT Planning Serviços Empresariais Ltda. – 02/2015 a atual, ocupa o cargo de Diretor. IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - 06/16 a atual, ocupa o cargo de membro do Comitê de Governança em Instituições Financeiras. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro Suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Rubem Clóvis da Rocha Cecchini - 013.078.798-10

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Águas Prata Ltda., La Basque Ltda., Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI. Na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e na Financeira Alfa S.A. – CFI ocupou o cargo de Diretor Executivo responsável pela coordenação das equipes comerciais e crédito de varejo, responsável pela definição e acompanhamento das metas mensais. Na Águas Prata Ltda. e na La Basque Ltda. ocupa o cargo de diretor. A Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI são instituições financeiras integrantes do Conglomerado Alfa. Águas Prata Ltda e La Basque Ltda são sociedades integrantes do Conglomerado Alfa. Os cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas foram: Gerente Regional e Diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI – Diretor e Superintendente do Banco ABN AMRO.

No últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, nem qualquer condenação em processo administrativo da CVM. Também não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

Formado em Direito. Ingressou no Banco Real de Investimento (Emissor) em 1982, tendo passado por várias áreas, tais como Empréstimos, Tesouraria, Contabilidade de Fundos, Gestão de Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Variável. A partir de 1998 passou a atuar no Banco Alfa de Investimento. Em dezembro/2009 assumiu o cargo de Superintendente de Tesouraria. Foi eleito Diretor do Emissor como responsável pela área de Tesouraria em 03/06/2019. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fernando Pinto de Moura - 039.593.927-53

Instituto Alfa de Cultura, Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa de Investimento S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A.

No Instituto Alfa de Cultura exerce o cargo de Diretor e têm como principais atribuições: selecionar os projetos culturais dos quais o Instituto venha a participar; levantar balanços e elaborar orçamentos; contratar e demitir funcionários, especificando as respectivas atribuições; representar o Instituto, ativa e passivamente.

No Banco Alfa de Investimento S.A. exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios do Emissor; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Emissor; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, entre outras.

Na Financeira Alfa S.A. – CFI e no Consórcio Alfa de Administração S.A. é membro suplente do Conselho de Administração, sendo que na vacância do membro efetivo suas principais funções serão as descritas acima.

Atividade principal da Sociedade na qual tais experiências ocorreram

O Instituto Alfa de Cultura é uma associação cultural, sem fins econômicos.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. – CFI são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa.

O Consórcio Alfa de Administração S.A. é sociedade holding do Conglomerado Alfa que detém participações em outras sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

Banco Alfa de Investimento S.A. – Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Geral

Financeira Alfa S.A. – CFI – Membro Efetivo e Suplente do Conselho de Administração

Consórcio Alfa de Administração S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Hugo Antônio de Campos Ferreira - 176.082.638-30

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Martins & Sobrinhos Ltda., CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos); e Banco Alfa de Investimento S.A.- cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce o cargo de Diretor Financeiro na Martins & Sobrinhos Ltda., sendo responsável pelas áreas financeira, contabilidade e controladoria. Exerceu o cargo de Gestor de Portfólio na CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos) sendo responsável pela gestão de carteiras - clientes de alta renda. Exerceu o cargo de Diretor – Asset Management no Banco Alfa de Investimento S.A., sendo responsável pela direção da área de gestão de recursos de terceiros. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. Martins & Sobrinhos Ltda. - atividade Principal da Empresa: Comercialização de Máquinas Agrícolas. CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos) - atividade Principal da Empresa: Gestão de Recursos/Gestão de Patrimônio. Banco Alfa de Investimento S.A. - atividade Principal da Empresa: Intermediação financeira, gestão de recursos. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Banco Alfa de Investimento S.A. – Diretor. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Wilson Roberto Bodani Fellin - 052.488.418-87

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: Wilson Roberto Bodani Fellin, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais em Escritório de Advocacia próprio, bem como na Financeira Alfa S.A. – CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo as suas principais atribuições, na vacância do membro Efetivo, as seguintes: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. A Financeira Alfa S.A. é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa. Atua em escritório próprio, que não pertence a qualquer grupo econômico. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Exerce o cargo de Conselheiro Fiscal na Financeira Alfa S.A. – CFI. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Ailton Carlos Canette - 287.580.728-53

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: exerceu nos últimos 5 anos, atividades profissionais no Banco Alfa de Investimento S.A. - cargo e funções inerentes ao cargo: Eleito em 04/2010 membro suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A. (emissor), e da Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo que, caso ocorra a vacância do membro efetivo, sua função será participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, entre outras. Exerceu o cargo de Diretor de “Private Banking” do emissor até abril de 2010, tendo como atribuições: dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe fossem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor - Banco Alfa de Investimento S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio - 694.546.208-00

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: - nome da empresa: Paulo Caio Ferraz de Sampaio, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Alfa Holdings S.A.; (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. – CFI; (v) Comgás – Companhia de Gás de São Paulo; (vi) Companhia Iguazu de Café Solúvel; (vii) Guepardo Desenvolvimento Urbano Ltda. – SP; e (viii) Cobrasco S.A. – São Paulo - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce no Banco Alfa de Investimento S.A., na Alfa Holdings S.A., no Consórcio Alfa de Administração S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, na Comgás – Companhia de Gás de São Paulo e na Companhia Iguazu de Café Solúvel, o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo, sendo como suas principais atribuições: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. Na Guepardo Desenvolvimento Urbano Ltda. – SP é Sócio Gerente, desde 2006, sendo responsável pela área de Planejamento, Vendas e Marketing. Na Cobrasco S.A. – São Paulo – SP exerce o cargo de Diretor Superintendente, desde 1979, sendo responsável pela área de Planejamento, Vendas e Marketing. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Valter dos Santos - 805.308.778-72

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais no Banco Alfa S.A.

- cargo e funções inerentes ao cargo: Em 01/06/2001 foi designado para o cargo de Gerente Geral de RH, respondendo pelas áreas de Recrutamento & Seleção, Treinamento & Desenvolvimento, Benefícios, Administração de Pessoal/Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico. Função que exerceu até 31/07/2017.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor.

O Banco Alfa S.A. é uma instituição financeira integrante do Conglomerado Alfa. Atividade principal: Banco comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Não se aplica.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal – Não sofreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Nelson Marcelino - 279.391.708-72

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Companhia Transamérica de Hotéis São Paulo; Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda.; Transamérica Comercial e Serviços Ltda.; Transamérica Expo Center Ltda.; Fly One Viagens e Turismo Ltda. (atual Passaporte Brasil Viagens Eventos Serviços Ltda.)

- cargo e funções inerentes ao cargo: Diretor Administrativo e Financeiro no período de abril de 2006 até setembro de 2017.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Companhia Transamerica de Hotéis - São Paulo – Atividade: Hotelaria; Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda. – Atividade: Hotelaria; Transamérica Comercial e Serviços Ltda. – Atividade: Administração e Implantação de Operações em Condomínios (Flats e Apart-hotéis); Transamérica Expo Center Ltda. - Atividade: Locação de Espaço para a realização de grandes feiras e eventos; e Fly One Viagens e Turismo Ltda. (atual Passaporte Brasil Viagens Eventos Serviços Ltda.) - Atividade: Fretamento de Aeronaves e Intermediação na compra de passagens aéreas. Todas as empresas mencionadas integram o Conglomerado Alfa.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Não se aplica.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal – Não sofreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antonio José Ambrozano Neto - 132.474.888-55	
N/A	N/A
Felipe Barbosa da Silveira e Silva - 269.366.838-78	
N/A	N/A
Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99	
N/A	N/A
Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11	
N/A	N/A
Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53	
N/A	N/A
Christophe Yvan François Cadier - 128.492.178-67	
N/A	N/A
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34	
N/A	N/A

Adilson Herrero - 856.973.628-20	
N/A	N/A
Rubem Clóvis da Rocha Cecchini - 013.078.798-10	
N/A	N/A
Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26	
N/A	N/A
Fernando Pinto de Moura - 039.593.927-53	
N/A	N/A
Hugo Antônio de Campos Ferreira - 176.082.638-30	
N/A	N/A
Wilson Roberto Bodani Fellin - 052.488.418-87	
N/A	N/A
Ailton Carlos Canette - 287.580.728-53	
N/A	N/A
Paulo Caio Ferraz de Sampaio - 694.546.208-00	
N/A	N/A
Valter dos Santos - 805.308.778-72	
N/A	N/A
Nelson Marcelino - 279.391.708-72	
N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cirdelene Justino de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	21/05/1953	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.
817.478.888-34		Administrador de Empresas		25/04/2019	1	100.00%
Não exerce						
Paulo Aluizio Machado de Andrade	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	06/03/1946	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.
081.348.047-72		Contador		25/04/2019	1	100.00%
Não exerce.						
Adilson Herrero	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	28/09/1953	22/07/2020	Até a posse dos eleitos na RCA de 2025.
856.973.628-20		Engenheiro		24/04/2020	0	0.00%
Claudemir Zerbinatti	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	10/02/1959	26/07/2017	Até a posse dos eleitos na RCA de 2022.
940.089.818-53		Contador e Advogado		26/07/2017	3	100.00%
Gerente Geral.						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	25/12/1943	03/05/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.
128.798.437-15		Engenheiro		28/04/2017	4	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Renata Canalle Marcus	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/1972	03/05/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.
191.331.558-44		Advogada		28/04/2017	4	100.00%
Não exerce.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adilson Augusto Martins Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/1979	04/06/2012	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
289.905.088-51	Comitê de Crédito	Administrador de Empresas		04/06/2012	8	46.43%
Membro de Comitê						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	02/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Gestão de Risco	Engenheiro		02/01/2008	11	100.00%
Membro de Comitê						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	02/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Engenheiro		02/01/2008	11	100.00%
Membro de Comitê						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	31/03/2004	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Crédito	Engenheiro		31/03/2004	16	82.51%
Membro de Comitê						
Fabiano Siqueira de Oliveira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/11/1976	01/10/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
206.299.018-99	Comitê Operacional de Gestão de Riscos	Contador		01/10/2013	6	100.00%
Diretor						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Fábio Alberto Amorosino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1966	02/01/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
073.874.508-11	Comitê de Gestão de Risco	Administrador de Empresas		02/01/2009	10	100.00%
Diretor						
Fernando Leonardo Pessoa Spinetti	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1959	22/05/2006	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
628.310.037-68	Comitê de Crédito	Economista		22/05/2006	14	78.59%
Membro de Comitê						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	14/01/2015	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê de Crédito	Economista		14/01/2015	5	89.21%
Membro de Comitê						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê de Gestão de Risco	Economista		02/07/2007	12	100.00%
Membro de Comitê						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Economista		02/07/2007	12	100.00%
Membro de Comitê						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Silvio Breda Guizelini	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/1957	02/01/2001	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
956.130.488-00	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Administrador de Empresas		02/01/2001	19	91.67%
Membro de Comitê						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Cirdelene Justino de Souza - 817.478.888-34						
Paulo Aluizio Machado de Andrade - 081.348.047-72						
Adilson Herrero - 856.973.628-20						
Claudemir Zerbinatti - 940.089.818-53						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15						
Renata Canalle Marcus - 191.331.558-44						
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						
Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99						

 Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11

 Fernando Leonardo Pessoa Spinetti - 628.310.037-68

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Silvio Breda Guizelini - 956.130.488-00

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Cirdelene Justino de Souza - 817.478.888-34	
N/A	N/A
Paulo Aluizio Machado de Andrade - 081.348.047-72	
N/A	N/A
Adilson Herrero - 856.973.628-20	
N/A	N/A
Claudemir Zerbinatti - 940.089.818-53	
N/A	N/A
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15	
N/A	N/A
Renata Canalle Marcus - 191.331.558-44	
N/A	N/A
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51	
N/A	N/A
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34	
N/A	N/A
Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99	
N/A	N/A
Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11	
N/A	N/A

Fernando Leonardo Pessoa Spinetti - 628.310.037-68

N/A

N/A

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

N/A

N/A

Silvio Breda Guizelini - 956.130.488-00

N/A

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre (a) administradores do Emissor, (b) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Emissor, (c) (i) administradores do Emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Emissor ou (d) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do Emissor.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Adilson Herrero	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Observação

Não há

Administrador do Emissor

Adilson Herrero	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Ailton Carlos Canette	287.580.728-53	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal			

Observação

Não há

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Cesar Santos Costa Membro Suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Membro Suplente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Cesar Santos Costa Membro Suplente do Conselho de Administração	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier Presidente Conselho de Administração	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Diretor e Presidente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Diretor e Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Não há			

Administrador do Emissor			
Juscelino Silvio Florido	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente Conselho Fiscal			
Observação			
Não há			

Administrador do Emissor			
Juscelino Silvio Florido	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69		
Observação Não há			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Nelson Marcelino Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há			
<hr/>			
Administrador do Emissor Nelson Marcelino Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Holdings S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Rubem Clóvis da Rocha Cecchini	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
Não há			
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubem Clóvis da Rocha Cecchini Membro suplente do Conselho de Administração	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valter dos Santos Membro suplente do Conselho Fiscal	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valter dos Santos Membro suplente do Conselho Fiscal	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28		
Observação Não há.			

Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor**

Ailton Carlos Canette

287.580.728-53

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho Fiscal

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Humberto Mourão de Carvalho

000.233.616-20

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Humberto Mourão de Carvalho

000.233.616-20

Subordinação

Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	080.501.128-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal Observação Não há.	17.193.806/0001-46		
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal Observação Não há.	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal Observação Não há.	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28		
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Rubens Garcia Nunes Membro suplente do Conselho de Administração	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor Presidente	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há.			
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes Membro suplente do Conselho de Administração	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade Membro suplente do Conselho de Administração	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade Membro suplente do Conselho de Administração	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valter dos Santos	805.308.778-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valter dos Santos	805.308.778-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Nelson Marcelino Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Nelson Marcelino Membro efetivo do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal			
Observação Não há.			

Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor**

Antonio Celso Amaral Sales

694.546.558-68

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Celso Amaral Sales Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.558-68	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Humberto Mourão de Carvalho Membro efetivo do Conselho de Administração	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Humberto Mourão de Carvalho Membro efetivo do Conselho de Administração	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rogério Rey Betti Membro efetivo do Conselho Fiscal	064.292.388-49	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alfa Holdings S.A. Diretor Presidente			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade Membro suplente do Conselho de Administração	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Waldyr de Campos Andrade Membro suplente do Conselho de Administração	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Wilson Roberto Bodani Fellin Membro suplente do Conselho Fiscal	052.488.418-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Ailton Carlos Canette Membro efetivo Conselho Fiscal	287.580.728-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert Membro efetivo Conselho Fiscal	080.501.128-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração.

A política de remuneração dos Administradores, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 05.03.2020, tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, e estimular a segurança e o conservadorismo na busca pela boa qualidade dos resultados, tanto na concessão de crédito quanto na assunção de outros riscos, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes um retorno adequado ao perfil dos negócios da Sociedade.

b) i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração total anual dos Administradores é composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano. O Conselho de Administração deve deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representará até 50% da remuneração total anual.

O Comitê de Remuneração, órgão estatutário, instalado, em 2012, proporá ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral da Sociedade.

b) ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração final.

A remuneração dos Administradores é composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, e vem sendo aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária no valor equivalente ao mínimo estipulado em lei. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, paga semestralmente, é composta em 100% por honorários fixos, em valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

b) iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b)i. Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;
- (ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- (iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Instituições Financeiras concorrentes, de porte e filosofia semelhantes;
- (iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

b) iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A opção pelo pagamento exclusivamente de honorários fixos, com eliminação de qualquer parcela variável, tem como pano de fundo a adequação à Resolução n ° 3.921/10, do Banco Central do Brasil, que melhor reflete a política da Sociedade de buscar maior segurança nas operações, não estimulando seus Administradores à assunção de riscos indesejáveis ou à antecipação indevida de lucros futuros.

b) v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

Desde 2013, o Conselho de Administração tem analisado as verbas para a remuneração dos Administradores, a partir da proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A estruturação da remuneração dos Administradores do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adequa aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe e o investimento na carreira na Sociedade. A remuneração alinha-se, portanto, ao conservadorismo, à segurança e ao fortalecimento do vínculo entre administrador e instituição, típicos da administração do Conglomerado Alfa.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A Sociedade é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, assim reconhecida e supervisionada pelo Banco Central do Brasil. A maioria dos Administradores da Sociedade somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os órgãos do emissor que participam do processo decisório em questão são o Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, que é levada à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Após a verba ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor, por meio da análise do Relatório Anual de Atividades do Comitê de Remuneração do Conglomerado Financeiro Alfa, e da revisão anual da “Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa” proposta pelo Comitê de Remuneração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	8,00	16,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	8,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.022.715,00	8.781.649,00	811.877,00	12.616.241,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	680.111,00	1.975.871,00	182.673,00	2.838.655,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$680.111,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$3.022.715,00.	O valor de R\$1.975.871,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$8.781.649,00.	O valor de R\$182.673,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$811.877,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.702.826,00	10.757.520,00	994.550,00	15.454.896,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	8,00	16,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	8,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.899.487,00	8.423.644,00	778.779,00	12.101.910,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	652.385,00	1.895.320,00	175.226,00	2.722.931,00

Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$652.385 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.899.487,00.	O valor de R\$1.895.320,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$8.423.644,00.	O valor de R\$175.226,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$778.779,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.551.872,00	10.318.964,00	954.005,00	14.824.841,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	8,00	16,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	8,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.822.044,00	7.751.429,00	670.693,00	11.244.166,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	634.960,00	1.744.072,00	150.906,00	2.529.938,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$634.960,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.822.044,00.	O valor de R\$1.744.072,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$7.751.429,00.	O valor de R\$150.906,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$670.693,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.457.004,00	9.495.501,00	821.599,00	13.774.104,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	6,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	6,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.750.232,00	6.541.597,00	554.708,00	9.846.537,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	618.802,00	1.471.859,00	124.810,00	2.215.471,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$618.802,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.750.232,00.	O valor de R\$1.471.859,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.541.597,00.	O valor de R\$124.810,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$554.708,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	3.369.034,00	8.013.456,00	679.518,00	12.062.008,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019 não foram pagos valores a título de participação nos lucros aos administradores do Emissor.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não há remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.6 - Opções em Aberto

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não há opções exercidas nem ações entregues.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Quantidade de Ações de emissão da Sociedade, seus controladores diretos ou indiretos, sociedade controladas ou sob controle comum, detidas pela Administração em 31.12.2019.

Órgão	FASA	BAI	CAA	AHO
Conselho de Administração	16.947.580	11.186.295	17.830.252	14.182.036
Diretoria	200	200	20	20
Conselho Fiscal	150	1.104	150	150

Emissores: **BAI - Banco Alfa de Investimento S.A.**
 FASA - Financeira Alfa S.A – CFI
 CAA - Consórcio Alfa de Administração S.A.
 AHO - Alfa Holdings S.A.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	5,00	4,00	3,00	3,00	3,00	8,00	8,00	6,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,00	3,00	3,00	3,00	8,00	8,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.922.906,00	4.613.689,00	4.192.808,00	1.816.538,00	1.774.059,00	1.743.472,00	194.519,00	186.108,00	187.540,00
Valor da menor remuneração(Reais)	452.728,00	436.998,00	418.191,00	527.278,00	510.248,00	490.175,00	59.506,00	38.739,00	56.142,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.684.729,00	1.550.286,00	1.635.399,00	966.496,00	940.681,00	916.744,00	194.695,00	190.430,00	187.558,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Não há.
31/12/2018	Não há.
31/12/2017	Não há.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Não há.
31/12/2018	Não há.
31/12/2017	Não há.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	A re remuneração a seguir tem a seguinte destinação: 4 conselheiros efetivos R\$168.473 cada e 4 conselheiros suplentes R\$ 26.046,00.
31/12/2018	A remuneração a seguir tem a seguinte destinação: 4 Conselheiros Efetivos R\$161.016,00 cada e 4 Conselheiros Suplentes R\$25.092,00 cada.
31/12/2017	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$163.540,00 cada e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 24.000,00 cada.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo, ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Devido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Conselho de Administração – As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 são respectivamente: 100%, 100% e 100%.

Conselho Fiscal - As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 são respectivamente: 85,53%, 93% e 87,92%

Diretoria – Não há remuneração referente a partes relacionadas na Diretoria.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 não houve pagamento aos membros do Conselho de Administração a título de serviços de assessoria.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2017

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	1.985.829			
Empresas controladoras	2.311.112			
Total	4.296.941			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	9.034.258	36.600		
Empresas controladoras				
Total	9.034.258	36.600		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	192.465			
Empresas controladoras	227.617			
Total	420.082			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2018

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	2.043.309			
Empresas controladoras	2.387.947			
Total	4.431.256			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	9.996.265	33.570		
Empresas controladoras				
Total	9.996.265	33.570		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	498.560			
Empresas controladoras	385.436			
Total	883.996			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2019

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	2.102.113			
Empresas controladoras	2.458.462			
Total	4.560.575			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	10.706.366	39.300		
Empresas controladoras				
Total	10.706.366	39.300		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	558.633			
Empresas controladoras	512.684			
Total	1.071.317			

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há informações adicionais que o Emissor julgue relevantes além das já descritas.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

2019

São 756 empregados, assim distribuídos: 5 Advogados, 28 Analistas, 42 Assistentes, 54 Auxiliares Administrativos, 131 Gerentes, 413 Operadores, 02 Superintendentes e 81 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Minas Gerais (23), Rio de Janeiro (37), Paraná (76), Brasília (79), Bahia (18), Rio Grande do Sul (20), Goiás (27), Pernambuco (28), Santa Catarina (14), Espírito Santo (13) e São Paulo (421).

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 22,13%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

2018

São 761 empregados, assim distribuídos: 4 Advogados, 29 Analistas, 48 Assistentes, 59 Auxiliares Administrativos, 136 Gerentes, 400 Operadores, 02 Superintendentes e 83 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Minas Gerais (23), Rio de Janeiro (46), Paraná (74), Brasília (77), Bahia (18), Rio Grande do Sul (24), Goiás (26), Pernambuco (29), Santa Catarina (18), Espírito Santo (11), Mato Grosso do Sul (8) e São Paulo (407).

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 25,41%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

2017

São 670 empregados, assim distribuídos: 5 advogados, 34 Analistas, 35 Assistentes, 41 Auxiliares Administrativos, 125 Gerentes, 347 Operadores, 02 Superintendentes e 81 demais cargos.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Bahia (18), Brasília (67), Ceará (0), Espírito Santo (6), Goiás (27) Mato Grosso do Sul (7), Minas Gerais (21), Paraná (69), Pernambuco (33), Rio de Janeiro (45), Rio Grande do Sul (25), Santa Catarina (15) e São Paulo (337).

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 20,12%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas: O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido às medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas. Quando detectadas, estas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e quando há probabilidade de perda é provisionada.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não ocorreram alterações relevantes nos números mencionados no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

A remuneração fixa é aquela definida por contrato e representada pelo salário base de uma pessoa. É o que se paga para um determinado cargo na estrutura organizacional, levando em consideração requisitos para a ocupação dos cargos. Na remuneração variável o funcionário elegível é remunerado em função do cumprimento de metas estabelecidas preliminarmente pela alta direção do emissor, alcançadas de forma integral ou parcial pelos envolvidos, respeitando-se um limite mínimo estabelecidos nos planos de Remuneração Variável existentes para cada área/segmento de negócio, com definições claras e objetivas dos critérios a serem seguidos/observados.

O emissor possui a seguinte política de benefícios:

Plano de Saúde

Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.

Empresa Cidadã

Adesão ao Programa Empresa Cidadã que possibilita a extensão do período de licença maternidade por mais 60 dias, para as funcionárias que manifestarem interesse dentro do prazo e condições estabelecidas.

Vale Refeição/Alimentação

Benefícios oferecidos aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria a que pertencem.

Treinamento: Cursos de pequena duração voltados para a área de atuação do colaborador.

Curso Especial: Reembolso parcial para qualquer curso que venha complementar o currículo profissional na área em que o funcionário atue.

Bolsas de Estudo para Funcionários: Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).

Assistência Social: Doações em casos de necessidades graves, que tornem improvável que o funcionário possa pagar as despesas (doenças graves, desastres, etc).

Lazer Cultural: Premiação de funcionários com destaque. Ingressos de teatros, shows, circos, museus, zoológicos, espetáculos e cinemas.

Lazer Esportivo: Subsídio para atividades esportivas de funcionários: aluguel de quadras e uniformes esportivos, passeios a parques, campeonatos internos, etc.

Outros: Convênios com faculdades, escolas de idiomas, lazer, cinemas, consultórios de odontologia, ópticas, restaurantes e farmácias.

Não há plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A relação que o emissor possui com os sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo nenhum fato relevante que mereça destaque.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes de Recursos Humanos além das anteriormente descritas.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
575	0,001%	500	0,001%	1.075	0,001%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	500	0,001%				
TOTAL	500	0,001%				
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
975	0,001%	825	0,001%	1.800	0,001%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	825	0,002%				
TOTAL	825	0,002%				
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações						
05.775.774/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	28/03/2016		
Não						
1.100.600	1,874%	15.846.980	35,848%	16.947.580	16,463%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	15.846.980	35,848%				
TOTAL	15.846.980	35,848%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Corumbal Participações e Administração Ltda.						
02.809.488/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
16.776.729	28,563%	9.197.194	20,805%	25.973.923	25,231%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	9.197.194	20,752%				
TOTAL	9.197.194	20,752%				
Mario Slerca Junior						
007.592.017-49	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2016		
Não						
930.100	1,584%	3.174.100	7,180%	4.104.200	3,987%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.174.100	7,180%				
TOTAL	3.174.100	7,180%				
Alfa Holdings S.A.						
	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
17.380.600	29,590%	11.277	0,026%	17.391.877	16,895%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.277	0,025%				
TOTAL	11.277	0,025%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
17.359.400	29,555%	10.873	0,025%	17.370.273	16,874%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	10.873	0,025%				
TOTAL	10.873	0,025%				
OUTROS						
5.029.490	8,563%	15.883.438	35,930%	20.912.928	20,316%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	15.883.438	35,930%				
TOTAL	15.883.438	35,930%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
157.800	0,269%	81.100	0,184%	238.900	0,232%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	81.100	0,184%				
TOTAL	81.100	0,183%				
TOTAL						
58.736.269	100,000%	44.206.287	100,000%	102.942.556	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações				05.775.774/0001-08	
Luiz Alves Paes de Barros					
272.014.578-53		Não	Não		
Não					
72.846.603	75,860	0	0,000	72.846.603	75,860
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
23.176.916	24,140	0	0,000	23.176.916	24,140
TOTAL					
96.023.519	100,000	0	0,000	96.023.519	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alfa Holdings S.A.						
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	25/04/2017		
Não						
41.031.698	89,176	8.576.043	22,177	49.607.741	58,581	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	19/12/1959		
Não						
803	0,002	0	0,000	803	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.979.131	10,822	30.094.594	77,823	35.073.725	41,417	
TOTAL						
46.011.632	100,000	38.670.637	100,000	84.682.269	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
34.378.980	85,107	6.389.180	19,215	40.768.160	55,357	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
749	0,002	222	0,001	971	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
6.015.203	14,891	26.862.054	80,784	32.877.257	44,641	
TOTAL						
40.394.932	100,000	33.251.456	100,000	73.646.388	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Corumbal Participações e Administração Ltda.				02.809.488/0001-28		
Alfa Holdings S/A.						
17.167.396/0001-69	Brasileira-SP	Não	Sim	29/12/2016		
Não						
58.386.296	42,825	0	0,000	58.386.296	42,825	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	29/12/2016		
Não						
77.949.364	57,175	0	0,000	77.949.364	57,175	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
136.335.660	100,000	0	0,000	136.335.660	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alfa Holdings S/A.				17.167.396/0001-69		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	25/04/2017		
Não						
41.031.698	89,176	8.576.043	22,177	49.607.741	58,581	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	23/04/2015		
Não						
803	0,002	0	0,000	803	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.979.131	10,822	30.094.594	77,823	35.073.725	41,417	
TOTAL						
46.011.632	100,000	38.670.637	100,000	84.682.269	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
34.378.980	85,107	6.389.180	19,215	40.768.160	55,357	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
749	0,002	222	0,001	971	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
6.015.203	14,891	26.862.054	80,784	32.877.257	44,641	
TOTAL						
40.394.932	100,000	33.251.456	100,000	73.646.388	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4.007
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	360
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	17

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	5.959.590	10,143%
Quantidade preferenciais (Unidades)	19.006.438	42,995%
Preferencial Classe A	19.006.438	42,994875%
Total	24.966.028	24,252%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

O organograma não está inserido.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não existe acordo de acionistas arquivado na sede do Emissor.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos demais membros do grupo de controle e administradores do Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não ocorreram operações societárias relevantes no grupo que tenham tido efeito para o Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos às empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas (pessoas jurídicas sob controle comum). Apenas são realizadas com essas empresas operações em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, a taxas e valores médios praticados com terceiros.

A remuneração do pessoal chave da administração, conselheiros e diretores, é estabelecida em assembleia geral de acionistas, conforme previsão estatutária. Os conselheiros e diretores são proibidos de receber do emissor quaisquer outras remunerações além daquelas fixadas pela assembleia geral de acionistas, pelo exercício de seus cargos. Não existem para os conselheiros e diretores benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo ou benefícios pelo término do exercício do cargo.

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para conselheiros e diretores, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos e adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Alfa Holdings S/A.	31/12/2019	518.289,96	R\$ 518.289,96	R\$ 518.289,96	Recebido em 16/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Consórcio Alfa de Administração S.A.	31/12/2019	517.564,54	R\$ 517.564,54	R\$ 517.564,54	Recebido em 16/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Corumbal Participações e Administração Ltda.	31/12/2019	2.695.213,22	R\$ 2.695.213,22	R\$ 2.695.213,22	Pagamento efetuado em 16/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	738.530.010,54	R\$ 738.530.010,54	R\$ 738.530.010,54	Ativos financeiros adquiridos no ano de 2019, com taxa de juros em torno de 2% com vencimento até 25/11/2028.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aquisição de ativos financeiros						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	6.421.603,00	R\$ 6.421.603,00	R\$ 6.421.603,00	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Saldo em conta corrente						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Impossibilidade de saque.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2019	103.516.493,70	R\$ 103.516.493,70	R\$ 103.516.493,70	Aplicações de recursos efetuadas entre 01/12/2019 e 30/12/2019, indexadas com base em 100% do CDI, com vencimento até 31/01/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aplicação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2019	404.179.397,97	R\$ 404.179.397,97	R\$ 404.179.397,97	Captações efetuadas entre 01/12/2019 e 30/12/2019, com vencimento em 17/02/2021, indexadas ao CDI.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Banco Alfa S.A.	11/02/2010	36.478.405,96	R\$ 36.478.405,96	R\$ 36.478.405,96	Aquisições de direitos creditórios a taxas de mercado, onde as parcelas dos créditos adquiridos vencerão até 26/12/2024.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aquisição de direitos creditórios						
Garantia e seguros	Créditos com coobrigação						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2019	4.051.529.804,52	R\$ 4.051.529.804,52	R\$ 4.051.529.804,52	Captações de recursos, indexadas entre 100% e 109,00% do CDI, com vencimento até 08/06/2022.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	142.820,41	R\$ 142.820,41	R\$ 142.820,41	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2019	376.615,89	R\$ 376.615,89	R\$ 376.615,89	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Conforme mencionado no tópico 16.1, o emissor está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, bem como aos seus diretores e conselheiros e a seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. As operações realizadas com empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, conforme demonstrado no tópico 16.2, são feitas sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e a taxas e valores médios praticados com terceiros e envolvem (i) captações, operações típicas do mercado financeiro e (ii) serviços prestados entre essas empresas, comuns nestes tipos de organizações. Sempre que aplicável essas operações são suportadas por contratos entre as partes envolvidas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes relativas às partes relacionadas além das já prestadas nos itens 16.1, 16.2 e 16.3.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/02/2020	473.930.000,00		58.736.269	44.206.287	102.942.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.206.287				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2019	448.030.000,00		58.736.269	44.206.287	102.942.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.206.287				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2018	423.430.000,00		58.736.269	44.206.287	102.942.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.206.287				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2017	400.030.000,00		58.783.569	44.319.187	103.102.756
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.319.187				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	19/04/2017	12.200.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	19/04/2018	23.400.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

25/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	25/04/2019	24.600.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/04/2020	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	25.900.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos anos 2017, 2018 e 2019.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram reduções de capital nos anos 2017, 2018 e 2019.

17.5 - Outras Informações Relevantes

O aumento de capital ocorrido em 24/04/2020 descrito no item 17.2 foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 03/07/2020.

Não há informações complementares relevantes.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há, no estatuto social do Emissor, referência às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais terão prioridade na percepção do dividendo anual de 8% (oito por cento) sobre o valor da parte do capital que representem, pago com preferência sobre qualquer dividendo às ações ordinárias. As ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo). O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, às resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

18.1 - Direitos Das Ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no Estatuto Social do Emissor, referencia às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores bomiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há exceções nem cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto do Emissor.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.911	5,02	4,20	R\$ por Unidade	4,53
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.159.999	17,26	4,35	R\$ por Unidade	6,05
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.409.218	9,97	4,51	R\$ por Unidade	6,47
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.456.446	7,20	5,81	R\$ por Unidade	6,29
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	711.067	6,00	5,11	R\$ por Unidade	5,48
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.421.469	9,40	5,50	R\$ por Unidade	6,25
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.092.094	7,99	5,90	R\$ por Unidade	6,55
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	715.088	7,74	6,40	R\$ por Unidade	6,96

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	252.377	4,50	3,27	R\$ por Unidade	3,53
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	280.242	4,50	3,95	R\$ por Unidade	4,13
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.714.413	4,51	4,13	R\$ por Unidade	4,27
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	420.332	4,30	4,13	R\$ por Unidade	4,18
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	469.702	5,99	4,40	R\$ por Unidade	4,90
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	518.651	5,33	4,96	R\$ por Unidade	5,02
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	526.956	5,70	4,80	R\$ por Unidade	5,03
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	175.571	6,00	4,96	R\$ por Unidade	5,47

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	434.415	3,80	3,50	R\$ por Unidade	3,63
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.330	4,00	3,80	R\$ por Unidade	3,90
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	218.680	3,85	3,22	R\$ por Unidade	3,57
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	175.879	3,45	3,01	R\$ por Unidade	3,27
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	256.675	4,20	3,70	R\$ por Unidade	3,95
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	263.307	4,41	3,95	R\$ por Unidade	4,02
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	494.305	4,71	4,00	R\$ por Unidade	4,21
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	309.364	5,00	4,30	R\$ por Unidade	4,59

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de outros valores mobiliários.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Como mencionado no item 18.5, não houve emissão de outros valores mobiliários.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações do Emissor são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não emitiu títulos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2017, 2018 ou 2019.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2017, 2018 e 2019.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

O Emissor não fez oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros nos anos 2017, 2018 e 2019.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações a serem prestadas além das anteriormente mencionadas.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/03/2019	14/03/2019 à 14/09/2020	4.098.570,04	Ordinária		300.000	0,510758	31.000	5,32	R\$ por Unidade	10,333333
			Preferencial	Classe A	400.000	0,904849	51.100	6,04	R\$ por Unidade	12,775000
13/11/2017	13/11/2017 à 13/05/2019	4.215.441,00	Ordinária		300.000	0,510641	126.800	4,17	R\$ por Unidade	4,226667
			Preferencial	Classe A	500.000	1,130023	81.100	4,96	R\$ por Unidade	16,220000
Não há.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	31.000	5,32
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	31.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,052778%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	51.000	6,04
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	51.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,115594%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	6.700	
Quantidade adquirida	123.000	4,16
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	6.700	
Quantidade final	123.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,209411%	

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	12.900	
Quantidade adquirida	95.900	4,92
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	27.700	
Quantidade final	81.100	
Relação valores mobiliários em circulação	0,183458%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	6.700	4.173,25
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	6.700	
Relação valores mobiliários em circulação	0,011398%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	12.900	4,68
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	12.900	
Relação valores mobiliários em circulação	0,029107%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Qualquer informação a respeito das atividades do Emissor que seja passível de divulgação pública é obrigatoriamente submetida ao crivo da Diretoria do Emissor e, dependendo da sensibilidade da matéria tratada, sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração.

O Emissor preparou e atualiza regularmente publicações que orientam todos os seus colaboradores sobre a filosofia do Conglomerado do qual faz parte, bem como sobre as diretrizes de atuação e princípios que norteiam seus negócios. Tais publicações incluem os “Conceitos Básicos e Linha de Atuação”, o “Código de Ética e Conduta”, as medidas de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro” e a política de “Segurança da Informação”.

Tais normas incluem regras sobre a proibição à prestação de declarações ou entrevistas a órgão de comunicação sem a prévia e expressa aprovação da Diretoria. Também determinam a vedação absoluta ao uso de informação privilegiada e ao fornecimento a terceiros de informações relativas às atividades do Emissor sujeitas ao sigilo profissional.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ao identificar ato ou fato que possa ser caracterizado como relevante para o Emissor, e desta forma sujeito à divulgação nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 358/02, a Diretoria do Emissor submete-o à análise da Presidência e da Diretoria de Relações com Investidores que, conjuntamente, quando entendem ser o caso, elaboram o respectivo Comunicado e adotam as providências para sua divulgação.

A manutenção do sigilo destas informações, até sua divulgação na forma regulamentar, é assegurada pelo seu acesso restrito até a divulgação, permitido somente aos administradores, bem como pelas regras de sigilo profissional acima mencionadas, sempre aplicadas criteriosamente e com máximo rigor.

A Política de Divulgação do Emissor determina que a divulgação de fato relevante se dará através de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pelo Emissor, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores – Internet, onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão do Emissor sejam admitidos à negociação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações do Emissor é o Diretor responsável por Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.